



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU - PPLS
FIPAM XXVI: PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

HELLY TAYANA DE SOUZA ANDRADE

**ARENA PÚBLICA E PATRIMÔNIO CULTURAL:
PRAÇA DO CARMO BELÉM/PA, NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES
CULTURAIS AUTO DO CÍRIO E ARRASTÃO DO CÍRIO**

Belém - PA
2016

HELLY TAYANA DE SOUZA ANDRADE

**ARENA PÚBLICA E PATRIMÔNIO CULTURAL:
PRAÇA DO CARMO BELÉM/PA, NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES
CULTURAIS AUTO DO CÍRIO E ARRASTÃO DO CÍRIO (BELÉM/PA)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Planejamento e Gestão do Patrimônio Cultural, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de especialista.

Orientador: MsC. Amarildo Ferreira Júnior

Belém - PA
2016

HELLY TAYANA DE SOUZA ANDRADE

**ARENA PÚBLICA E PATRIMÔNIO CULTURAL:
PRAÇA DO CARMO BELÉM/PA, NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES
CULTURAIS AUTO DO CÍRIO E ARRASTÃO DO CÍRIO (BELÉM/PA)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Planejamento e Gestão do Patrimônio Cultural, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de especialista.

Orientador: MsC. Amarildo Ferreira Júnior

Data de aprovação: ____/____/____.

Conceito: _____.

Banca Examinadora

MsC. Amarildo Ferreira Júnior
Orientador

MsC. Eliana Bógea
Membro da banca

MsC. Larissa Guimarães
Membro da banca

AGRADECIMENTO

Nesse momento de realização acadêmica agradeço a minha família em especial a meus pais Leonardo Andrade e Helena Souza, Minha Irmã Lenise Andrade, ao meu companheiro Luciano Santos e aos meus amigos, por todas as atitudes positivas investidas neste projeto. Agradeço também a este Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), por ter me recebido e dado a mim a oportunidade de adquirir e produzir conhecimento, para assim dar o devido retorno que a sociedade merece. Agradeço ainda a oportunidade de ter tido como orientador o professor Msc. Amarildo Ferreira Júnior ao qual agradeço toda a dedicação empenhada na construção desta pesquisa. Gostaria de deixar também um agradecimento especial a para a comunidade da Praça do Carmo, colaboradores das manifestações culturais e ao Iphan, os quais contribuíram ao ceder entrevistas e pesquisa documental. Porém acima de tudo agradeço a Deus, pois sem ele nada seria possível.

RESUMO

A pesquisa traz a discussão de arena pública e patrimônio, com o objetivo de compreender as relações sociais e as formas de uso que os atores atribuem a Praça do Carmo, investigou também como se dão as Arenas Públicas em função das manifestações culturais ocorridas na Praça do Carmo e extensões do centro histórico. Para fomentar as discussões de arena pública em um espaço público e tombado utilizaram-se como metodologia, técnicas de coleta de dados: como observação direta e anotações em caderno de campo, pesquisa bibliográfica e documental e aplicou-se um roteiro de entrevistas. A partir dessas técnicas foi possível chegar aos resultados apresentados neste trabalho: dentre as lógicas de engajamento apresentadas por Cefai; Veiga e Mota (2011) destacaram-se as lógicas de coesão social e de realização pessoal, a de coesão como um propagador de senso de cidadania e chama a atenção para os direitos e deveres daqueles que compartilham do espaço da Praça do Carmo, o de realização pessoal apresenta-se como fonte de motivação para os entrevistados participantes das manifestações culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio; as formas de uso do espaço público gera conflitos pois conforme os autores Cefai; Veiga e Mota, nesse processo estão envolvidas uma série de efetividades, sensibilidades e moralidades coletivas; envolve experimentações de sentimentos de amor, de ódio, de medo, de injustiça, de esperança, de fatalidade, de entusiasmo e de transtorno, que já são formas de definição de situações sociais e que já tocam o senso comum (Cefai; Veiga e Mota 2011, p. 31); e é por esse motivo que o processo de publicização é muito importante, pois é nesse momento que todos os agentes envolvidos irão expor a situação problema e discutir possíveis soluções para ela e como foi identificado isso acontece na Praça do Carmo mediante reuniões entre comunidade, organizadores das manifestações culturais autoridades competentes. Dessa maneira as considerações finais abarcam os conceitos de Lefevre (2006), o qual debruça sobre a ideia de espaço concebido que seria aquele que o poder público sistematicamente projetou, espaço vivido que aquele o qual se caracteriza pela apropriação da comunidade quem vem a dar formas de uso não projeta sistematicamente para aquele local e o espaço percebido que a espaço caracterizado pela apropriação das manifestações culturais; a pesquisa pode concluir também amparada pela bibliografia de Goffman (2010), que o Círio de Nazaré pode ser compreendido dentro do conceito de ocasião social, dentro dessa análise as manifestações culturais podem se interpretadas como situações sociais e por fim o conjunto de dois ou mais membros realizando uma ação ou atividade dentro das situações sociais, caracterizam ajuntamentos sociais. Dessa maneira foi possível analisar os conflitos que se dão em prol do uso do espaço da Praça do Carmo que dão margem para as arenas públicas e desencadeiam uma série de situações problemas, que necessitam de discursos para fundamentarem seus discursos para manterem a presença de todas as partes interessadas, discursos esses que estão atrelados ao patrimônio, à cultura e a cidadania.

Palavras-chave: Arena pública. Patrimônio cultura – Belém/PA. Manifestações culturais – Belém/PA.

ABSTRACT

The research brings the discussion and public equity arena, in order to understand the social relations and forms of use that the actors attribute to the Carmo Square, also investigated how to give the Arenas Public according to the cultural events that took place in the Square Carmo and extensions of the historic center. To encourage the public arena discussions in a public space and tumbled were used as methodology, data collection techniques such as direct observation and notes in a diary, documentary and bibliographical research and applied a script for interviews. From these techniques it was possible to achieve the results presented in this paper: from the logic of engagement presented by Cefai; Veiga and Mota (2011) stood out the logic of social cohesion and personal fulfillment, cohesion as a propagator of sense of citizenship and draws attention to the rights and duties of those who share the space of the Carmo Square, the personal achievement is presented as a source of motivation for the interviewed participants of cultural events Auto Cirio and Dragnet's Cirio; forms of use of public space generates conflicts because according to Cefai authors ; Veiga and Mota , in the process are involved a series of effectivities , sensibilities and collective moralities ; involves trials of feelings of love, hate, fear, injustice , hope, fate , enthusiasm and disorder , which are already ways of defining social situations and already touch the common sense (Cefai ; Veiga and Mota 2011 , p 31) . ; and it is for this reason that the publicity process is very important because that is when all stakeholders will expose the problem situation and discuss possible solutions to it and how it was identified that happens in the Carmo Square by meetings between community organizers cultural manifestations competent authorities . Thus the final considerations cover the concepts of Lefevre (2006) which focuses on the idea of designed space that would be one that the public can systematically designed, living space than that which is characterized by community ownership who comes to forms of use not systematically design for that location and the perceived space that space characterized by the appropriation of cultural events; research can also complete supported by bibliography Goffman (2010), the Nazareth Taper can be understood within the concept of social occasion, in this review the cultural events can be interpreted as social situations and finally the set of two or more members performing an action or activity within social situations characterize social gatherings. In this way it was possible to analyze the conflicts that occur in favor of the use of space of the Carmo Square that give rise to public arenas and trigger a series of problem situations that require discourses to substantiate their speeches to maintain the presence of all stakeholders, speeches those who are linked to the heritage, culture and citizenship.

Keywords: Public Arena. Heritage culture - Belém / PA.Cultural events - Belém / PA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Lógicas de engajamento.....	12
Figura 1	Fachada de casas como palco.....	44
Figura 2	Segurança pública.....	45
Figura 3	Lixeiras insuficientes.....	45
Figura 4	Ajuntamento social.....	46
Figura 5	Nossa Senhora da Luz.....	48
Figura 6	Arte e fé.....	48
Figura 7	Recepção do Círio Fluvial.....	51
Figura 8	Concentração na Praça do Carmo.....	52
Figura 9	Sítio arqueológico.....	53
Figura 10	Brinquedos de Miriti.....	53
Figura 11	Infraestrutura no espaço.....	56
Figura 12	Anfiteatro como quadra de esporte.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIVVIVA	Associação Cidade Velha Cidade Viva
DEPH	Departamento de Patrimônio Histórico
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SEMOB	Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém
SESAN	Secretária Municipal de Saneamento
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	VIDA ASSOCIATIVA, PRAGMATISMO E ARENAS PÚBLICAS..	12
3	CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: PRAÇA DO CARMO, SIGNIFICADOS E MEMÓRIAS.....	20
3.1	Cidade Velha: de Nossa Senhora de Belém a Belém.....	20
3.2	Praça do Carmo e suas relações.....	27
3.3	Patrimônio cultural: um lugar de memória.....	31
4	PRAÇA DO CARMO: CULTURA E ESPETÁCULO.....	35
4.1	Auto do Círio.....	35
4.2	Arraial do Pavulagem: Arrastão do Círio.....	38
5	ARENA PÚBLICA E ATORES SOCIAIS: PRAÇA DO CARMO E PATRIMÔNIO.....	41
5.1	Auto do Círio.....	41
5.2	Arraial do Pavulagem.....	49
5.3	Percepções da comunidade.....	58
5.4	Iphan: posicionamento e ações.....	62
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICES.....	75

1 INTRODUÇÃO

A Praça do Carmo é um espaço de interação social, bem como um lugar de memória devido sua ligação com a história da cidade de Belém, onde houve por muito tempo a ¹Seresta do Carmo (atualmente não ocorre mais), e além das manifestações culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio, também recebe no período de janeiro e fevereiro o carnaval da Cidade Velha. Nesta pesquisa abordaram-se as manifestações culturais Auto e Arrastão do Círio para discutir a arena pública nesse espaço, pretendendo-se buscar respostas para a seguinte pergunta direcionadora: quais os sentidos e usos atribuídos pelos atores sociais sobre o espaço da Praça do Carmo, localizada no Centro Histórico de Belém, no período de execução das atividades das manifestações culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio?

É importante compreender quais as interações sociais e que atividades se fazem presentes na Praça do Carmo, para assim compreender a intensidade dessas interseções. Nesta pesquisa, destacam-se as atividades desenvolvidas pelas manifestações culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio, para, a partir dessa compreensão, identificar o grau de conflitos existentes pela disputa de uso desse espaço público. Nesse sentido, é de suma importância trazer a discussão de vida associativa, para que seja possível identificar o papel de cada ator, e a partir dessa discussão identificar a arena pública dentro desse contexto da Praça do Carmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar o sentido de uso dado ao espaço, e como se dão as arenas públicas em função das manifestações culturais ocorridas na Praça do Carmo e extensões do centro histórico. Para tanto, seus objetivos específicos buscam compreender de que maneira os atores se relacionam com as manifestações e todo o conjunto de valores simbólico, cultural e patrimonial da Praça do Carmo; identificar de que forma as relações e formas de uso da Praça do Carmo podem potencializar e resguardar o conjunto de valores atrelados ao patrimônio cultural, evidenciando a valorização do patrimônio como espaço cultural e aquilo que os atores sociais entendem por patrimônio; e identificar como se estabelecem arenas simbólicas entre os planejadores das manifestações, comunidade local e autoridade competente, enfocando-se, nesse caso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

¹ O objetivo da seresta do Carmo, era de resgatar a movimentação cultural existente no bairro, acontecia sempre na última sexta-feira de cada mês a partir das 18 h. A programação contava além das músicas, com exposições de artesanato, artes visuais, cinema, oficinas, gastronomia, teatro e grupos folclóricos. Era organizado pela Associação de Moradores da Cidade Velha em parceria com a Secretaria de Estado e de Cultura do Pará.

A metodologia impressa nesta pesquisa, para obter resultados concretos, se utilizou de ferramentas que aproximam realidade e teoria, com o objetivo de explorar a história da fundação de Belém e consequentemente a formação da Praça do Carmo. E a partir dessas investigações históricas, compreender as relações sociais e as arenas simbólicas que se estabelecem entre os atores sociais que lá vivem e desenvolvem atividades econômicas, sociais e culturais. Para obter os resultados desejados nesta pesquisa, foram utilizadas técnicas de coleta de dados tais como: trabalho de campo com observação direta e anotação em caderno de campo, pesquisa bibliográfica e documental e se aplicou um roteiro de entrevista semiestruturado. Iniciaram-se os levantamentos e fundamentações teóricas em maio de 2015, a pesquisa de campo foi realizada através de observação direta e anotação em caderno de campo em outubro do mesmo ano, e as entrevistas foram realizadas no período de janeiro a fevereiro de 2016.

O roteiro de entrevista objetivou compreender que memórias os atores preservam da Praça do Carmo antes e após o tombamento e após suas intervenções urbanísticas; investigar a compreensão que os atores sociais possuem sobre patrimônio cultural e os sentidos que atribuem à Praça do Carmo; e identificar como as manifestações culturais Auto e Arrastão do Círio são percebidas nesse espaço.

Para tanto, foram realizadas oito entrevistas, com três representantes do Iphan, um coordenador do Auto do Círio, um coordenador do Arrastão do Círio, um participante do Auto do Círio, um participante do Arrastão do Círio, e a presidenta da Associação Cidade Velha Cidade Viva (CIVVIVA). Também são utilizados recursos visuais, como os registros fotográficos, de maneira que seja possível ter um panorama da relação desses atores sociais em interação, suas percepções sobre o patrimônio que é a Praça do Carmo, e as manifestações culturais que lá se instalam no mês de Outubro.

Para a fundamentação teórica desta pesquisa, fez-se necessário realizar um levantamento histórico e conceitual das temáticas abordadas: arena pública, Centro Histórico/Praça do Carmo, Patrimônio Cultural, histórico das manifestações culturais Auto e Arrastão do Círio, finalizando com a pesquisa de campo que permitiu o diálogo entre teoria e realidade.

No capítulo em que se aborda o conceito de arenas públicas, se discutiu sobre as formas de vida associativa; as diversas lógicas que as formas associativas podem assumir; e o jogo de interesse que pode se estabelecer a depender do interesse de cada ator social envolvido. É dentro dessa perspectiva pragmática que se estabelece a arena pública, que leva a publicização de um assunto problema.

O capítulo que aborda o Centro Histórico/Praça do Carmo e a questão do Patrimônio Cultural, se inicia com uma discussão inicial sobre o histórico e fundação de Belém, uma apresentação da Praça do Carmo, sua origem e suas intervenções, levanta a discussão da Praça do Carmo como um lugar de memória e por fim discute a Praça do Carmo como patrimônio, para, no capítulo seguinte, se tratar do histórico das manifestações culturais, apresentando a origem, os valores e os princípios impressos nessas manifestações.

Por fim, apresentam-se os dados obtidos no trabalho de campo, caracterizando-se os atores entrevistados no Auto do Círio e Arrastão do Círio, além da comunidade identificada nesta pesquisa como formas associativas, que apresentam discursos distintos sobre as formas de uso e apropriação daquele espaço, e o quão importante é sua presença nesse espaço para a valorização do patrimônio. Neste capítulo, consta ainda uma autoridade competente representada pelo Iphanque, dentro da discussão de arena pública, é classificado como agência pública.

Dentre alguns resultados obtidos apresentam-se: apesar dos conflitos que se instalam quanto às formas de uso da Praça do Carmo, foi possível identificar que há diálogo entre os agentes aqui destacados como formas associativas, sendo elas as manifestações Auto do Círio, Arrastão do Círio e a Comunidade representada pela Associação CIVVIVA. Pois, foi somente por meio dessas reuniões que ao longo do tempo os pontos positivos poderão vir a se aperfeiçoar e os pontos negativos alguns foram sanados e outros ainda estão em processo de discussão na busca da melhor solução, especialmente no que tange a situação problema “lixo”. Foi considerado negativo o comportamento da parte da sociedade que se aproxima das manifestações, sem qualquer preocupação com o patrimônio cultural, que acaba por denegri-lo. A presença dessas manifestações é importante para a valorização do patrimônio bem como precisa continuar aprimorando alguns pontos, tal como: verificar as possibilidades de conscientizar esse público externo ao planejamento dessas ações.

2 VIDA ASSOCIATIVA, PRAGMATISMO E ARENAS PÚBLICAS

Dentro do conceito de associações, vida associativa seria como “[...] meios de realização de autonomia pessoal, de espaços de reciprocidade, de sociabilidade e de solidariedade e de redes de acumulação de capital social”(CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 12). Para tanto os autores afirmam que dentro de um conceito mais político:

As associações seriam os lugares privilegiados de exercício da cidadania: elas inculcariam os saberes, as virtudes e as competências cívicas e moldariam os regimes de engajamento de cidadãos. Elas lhes dariam a oportunidade de investigar e de experimentar, de comunicar e de raciocinar coletivamente (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 12).

Dessa maneira é importante ressaltar que a vida associativa apresenta diferentes regimes de engajamento, as características em comum são as alianças e conflitos, de forma particular, esses engajamentos se apresentam como lógicas: de empresa comercial, de organização industrial, de serviço público, de representação democrática, de soberania popular, de coesão social, de vida doméstica, de realização pessoal e de comunidade religiosa(CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011).

Quadro 2- Lógicas de engajamento

TIPO DE LÓGICA	DESCRIÇÃO
Lógica empresarial	Visa lucratividade, acumular capitais, aperfeiçoar os recursos humanos, tem uma visão empresa–cliente.
Lógica industrial	Estabelece métodos e medidas de controle visando eficiência e reduzir incertezas.
Lógica de comunidade religiosa	Refundar, por meio da prática da reza e do respeito aos ritos, uma moral da vida cotidiana; extirpar o mal, comunicar com os espíritos, elevar sua alma, salvar a humanidade.
Lógica de representação democrática	Preza a maioria de voto, o respeito à lei e deve prestar conta à opinião pública. Autonomia quando necessário, para denunciar, questionar e se pôr na condição de contra poder.
Lógica da soberania popular	Visa à ordem pública, onde esse debate deve ser acessível a todos os membros da associação. Dá-se dentro de um “processo de debate entre indivíduos livres e iguais, com vistas a atingir o consenso e consentimento à ordem pública. Associação é o lugar de realização de uma forma de democracia local, ou se não de democracia direta”.

Lógica de coesão social	Pretensão de ativar o senso de cidadania, destacando a importância do exercício dos direitos e deveres. Se tratando da Praça do Carmo, recai sobre o discurso que todos têm direito ao uso daquele espaço que é público, mas todos têm a obrigação de zelar pela preservação do mesmo.
Lógica de vida doméstica	Ocupar-se da vida cotidiana, apoiar-se sobre as relações de confiança entre pessoas na vida privada, compartilhar a mesma história e o mesmo território; mobilizar o <i>savoir-faire</i> ancorado numa experiência do familiar, fazer crescer uma generosidade entre vizinhos e amigos, fundar uma autoridade sobre a frequência de longa duração, privilegiar o prazer da troca e da convivência.
Lógica da realização pessoal	Encontrar os modos de realização própria, sob a forma da felicidade pessoal, do êxito econômico, da pesquisa terapêutica ou da autenticidade expressiva.

FONTE: Cefaï; Veiga e Mota (2011, p. 23-25).

O fato é que as formas de vida associativa podem incorporar não apenas uma, mas várias dessas lógicas, a depender de cada situação e interesse que esteja em jogo. Dentro dessas lógicas é possível identificar aspectos que oscilam entre as formas associativas CIVVIVA e as manifestações culturais.

O momento da ação dos atores é a reunião das ideias de forma coletiva, que passa a ter um objetivo e logo um efeito prático. Quando se dão as formas de uso da Praça do Carmo, de maneira que se dão as interações sociais, que disputam espaço e interesses distintos quanto ao mesmo, essa situação leva a uma visão pragmática da situação social que se estabelece na Praça do Carmo. Essa relação de disputa, pelas formas de uso do espaço entre diversos atores, leva a intercessões, onde interesses convergem e divergem, permitindo assim uma discussão de arena pública, onde as ações em questão deixam de ser unicamente responsabilidade do poder público, tendo assim um cunho de participação popular.

Dessa maneira Cefaï; Veiga e Mota (2011, p. 31) relatam que:

A emergência de um problema público não é simplesmente cognitiva. Ela envolve efetividades, sensibilidades e moralidades coletivas; envolve experimentações de sentimentos de amor, de ódio, de medo, de injustiça, de esperança, de fatalidade, de entusiasmo e de transtorno, que já são formas de definição de situações sociais e que já tocam o senso comum.

As afinidades e interesses comuns aproximam indivíduos que por sua vez se articularam para expressar seus interesses de forma organizada com os demais grupos, que ora se apresentam em disputa e ora como aliados. Discussões públicas levam a propostas de políticas públicas em prol de melhorias de fatores que vêm provocando conflitos e transtornos dentro de um determinado contexto. Nem sempre os diálogos ocorrem, pois as experimentações de sentimento levam divergências de opiniões e por vezes retardam o processo e possibilitam uma discussão de arena pública onde se instalará uma disputa de interesses.

Para esta pesquisa será observado às relações de disputa no espaço da Praça do Carmo entre os atores comunidade, e manifestações culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio, que especialmente neste estudo estão apresentados como formas associativas geradoras de energia simbólica.

Segundo Cefai (2009), há interesses, que são considerados pelos diversos grupos, que podem ser compreendidas como uma forma de ampliar a eficácia de suas ações, esses interesses podem ser classificados em material e simbólico. A partir de um jogo de interesses, o autor ressalta ainda que “não se deve ter uma visão romântica das associações como se elas escapassem às limitações do campo econômico, social ou político, ou fossem preservadas da ‘lei de bronze da oligarquia’” (CEFAI, 2009). As organizações associativas apresentam uma rotina de suas práticas nas quais terão que se posicionar e expressar seus interesses.

Elas experimentam esquemas de circulação de informação, de repartição de poderes e de divisão de tarefas, de cooperação entre operadoras, de distribuição de direitos e concentração de decisões. Mas, ao fazerem essas escolhas organizacionais, determinam imediatamente os tipos de experiências e reivindicações, de alianças e conflitos, de tipo de ações e margem de manobra que terão (CEFAI, 2009, p. 19).

O autor, ainda, definiu a vida associativa de forma que “elas são indissociavelmente vetores de concentração de capitais materiais e humanos, incubadoras de redes de ativistas, cachoeira de empreendimentos demilitância, geradora de energia simbólica, instância de representação coletiva” (CEFAI, 2009, p. 19). Sobre a representação coletiva, pode-se afirmar que as associações podem ser instrumento de intermediação com o Estado e com o mercado (FERREIRA JÚNIOR; FIGUEIREDO, 2015) dentro de uma lógica em que se definiram associações como uma organização legal a partir da reunião entre duas ou mais pessoas que tenham em comum o desejo de alcançar o mesmo objetivo. A motivação do comportamento associativo tem muitas motivações.

Não é somente o gosto pelo dinheiro, pelo poder ou pelo prestígio que mobiliza os membros da associação. Os motivos recorrentes são seus sentidos de responsabilidade e da solidariedade, sua recusa à injustiça social, sua preocupação com o bem público, sua indignação contra negligência política, seu desejo de participar dos assuntos públicos, sua ligação à vida do bairro (CEFAÏ; VEIGA, MOTA, 2011, p. 24).

Mesmo dentro desse perfil empreendedor, a motivação principal para o engajamento de membros em uma associação são anseios sociais, dos quais não se sentem beneficiados. Porém, não se podem excluir as relações de clientelismo que em algumas situações se fazem presente, e que não apenas para um cunho social, onde agentes visam lucros de caráter econômico e político ou até mesmo simbólico (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011).

A partir dessas ambiguidades é possível refletir sobre uma abordagem de vida associativa na qual não necessite se aproximar de um perfil administrativo, pois os objetivos desejados podem ser não apenas materiais, mas também podem ter dimensões simbólicas, míticas, rituais e dramáticas (FERREIRA JÚNIOR, 2015). Ao tratar a Praça do Carmo como expressão espacial de uma arena simbólica na qual se destacam as manifestações culturais Auto do Círio, Arrastão do Círio junto e a comunidade no qual consideramos esses três como formas associativas, que em sua essência objetivam interesses ligados às questões simbólicas, míticas, rituais e dramáticas em uma disputa pelo uso desse espaço.

Este espaço, considerado arena simbólica, é um espaço marcado pela produção da cultura, que na Praça do Carmo é vastamente rico por ser parte do Centro Histórico de Belém. Um espaço tombado, cenário de manifestações culturais, que por sua vez são bens registrados por estarem associados ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que é a ocasião social, junto a esses elementos a participação da comunidade. Nesse contexto, a ocasião social “é um acontecimento, realização ou evento social mais amplo [...] Uma ocasião social fornece o contexto social estruturante em que muitas situações e seus ajuntamentos têm probabilidade de se formarem” (GOFFMAN, 2010, p. 28).

Para o autor, essa interação pode compartilhar de um mesmo espaço:

Quando se estabelece que uma situação social constitua uma relação com a ocasião que estabelece o tom de ajuntamento que ocorre nela, precisamos admitir a possibilidade de que o mesmo espaço físico pode fazer parte do domínio de duas ocasiões sociais diferentes. A situação social pode então ser a cena de conflito potencial ou real entre os conjuntos de regulamentação que deveriam valer (GOFFMAN, 2010, p.30).

Dentro dessa perspectiva, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré é a ocasião, as manifestações culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio são as situações sociais e os

ajuntamentos são as diversas atividades que se desenvolvem paralelo às manifestações. As cenas de conflito podem se dar pela disputa de espaço, pelas formas de uso, levando assim para as discussões de arenas públicas.

Pode-se dizer que “estas associações civis são arenas simbólicas que se inserem, dentro do campo das relações, em arenas simbólicas englobantes ou interorganizacionais, as arenas públicas” (FERREIRA JÚNIOR; FIGUEIREDO, 2015, p. 9). As associações estão dentro de arenas “[...] elas entram em relações de cooperação com aliados ocasionais e participantes potenciais, com a mídia, as empresas privadas e as agências públicas” (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 28).

O Iphan, dependendo da questão situacional, pode ser observado como um aliado. A segurança e estrutura como iluminação e banheiros químicos ofertados para as manifestações estão atrelados a agenciamentos públicos. A própria comunidade, dentro de uma relação de cooperação, podem ocasionalmente tornar-se aliados e participantes potenciais, como por exemplo, ao cederem as fachadas de suas residências para atos do Auto do Círio. Outros fortes aliados são representados pela figura de patrocínios e apoiadores.

As associações são vistas como arenas simbólicas:

[...] nas quais ocorre certo número de interações, de ações de atividades, que podem ser de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de soluções e de problemas, dentre outras, apresentando-se como um palco de atuação de cada ator social (FERREIRA JÚNIOR, 2015, p. 1667).

A interação que há entre os atores, que leva às arenas públicas, é o perceber a presença do outro, e as influências que um indivíduo pode ter sobre a vida do outro. Dentro dessa relação de sociedade que ao mesmo tempo liberta, limita o homem e estabelece padrões, que se consolida como uma condição necessária para a vida (MACIVER; PAGE, 1973). Dessa maneira “a sociedade existe tão somente onde seres sociais ‘se comportam’ em relação a outros de acordo com a maneira determinada pelo reconhecimento de um pelo outro” (MACIVER; PAGE, 1973, p.119).

A sociedade é um sistema de costumes e processos, de autoridade e auxílio mútuo, de muitos agrupamentos e divisões, de controles de comportamento humano e das liberdades. Esse sistema complexo, que está sempre sofrendo modificações, chamamos sociedade. É a teia das relações sociais. E está sempre mudando (MACIVER; PAGE, 1973, p.117).

As ações que tangem a comunidade da Praça do Carmo e as manifestações Culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio, que em outubro se fazem presente nesse espaço, estão postas nesta pesquisa como formas associativas dentro da perspectiva de comunidade, que através de uma abordagem pragmatista, leva a situações que configuram uma arena simbólica em torno do espaço da Praça do Carmo, em que perpassam conflitos, cooperação e competição dos interesses em jogo. Comunidade, nesse sentido, pode ser definida como “os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, [que] vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum (MACIVER; PAGE, 1973, p.123)”.

Ao tratar as formas associativas dentro de uma perspectiva de arena pública e pragmatista, as formas associativas passam a ser classificadas dentro de um perfil institucional. Isso ocorre dentro de um processo natural dessas associações, pois percebem que para terem voz e conseguir recursos financeiros e simbólicos junto ao poder público, precisam estar organizados institucionalmente (FERREIRA JÚNIOR; FIGUEIREDO, 2015).

As associações de moradores constituem seus regimentos e estatutos, as manifestações culturais aqui destacadas se apresentam em formas de projetos amparados por instituições que as represente junto à sociedade civil. No caso do Auto do Círio é um programa de extensão da Universidade Federal do Pará e o Arrastão do Círio é representado pelo Instituto Arraial do Pavulagem. Para tanto, Ferreira Júnior (2015) afirma que:

Assim, as associações organizacionais são associações situacionais [...] que estão mediadas por essa relação de formalidade, pois os papéis estão formalmente definidos, o que permite utilizar o estatuto e demais normas e regras formais para manter os atores no *ethos* organizacional” (FERREIRA JÚNIOR, 2015, p. 1670).

Dessa maneira, as associações organizacionais atingem *status* de associações civis, inserindo-se em arenas públicas, onde “interagem com outros atores sociais, geralmente relacionados ao mercado ou ao planejamento estatal. São nessas relações na arena pública que se observam as associações pela perspectiva institucional [...]” (FERREIRA JÚNIOR, 2015, p. 1670).

As associações estão ligadas por um campo de interseção, no qual conflitos tendem a se instalar, sendo assim, “elas têm entre si interações de ‘barganha’, de ‘regateio’ ou de negociação, ou entretêm interações de rivalidade estratégica – para ficar nas metáforas mercantil ou guerreira” (CEFAI; VEIGA, MOTA, 2011, p. 28).

O campo de estudo em que está inserido o estudo sobre arenas públicas é a sociologia política e moral, onde engloba uma etnografia de situações de prova, de emergência, crise,

litígio e disputa. Para tanto, as associações são equiparadas a uma metáfora determinada de animal social, os quais buscam equivalência e escalas de medidas que possibilitem avaliar com a mesma intensidade as situações problemas que compartilham. De modo geral, a arena pública se articula por meio das mobilizações coletivas e tem como eixo principal três pontos: estados da opinião pública, dispositivos de ação pública e as intervenções das associações tanto na opinião pública, quanto ação pública (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011).

Uma arena pública não é um espaço tempo uniforme e homogêneo. Ela se apoia em uma multiplicidade de cenas e seus bastidores, todas sob a alçada de análises de situação. Uma perspectiva microssociológica e pragmatista abandona uma visão objetiva, de sobrevoos, sobre o espaço-tempo público” (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 29).

A pluralidade pragmática das formas de representações coletivas sofrem alterações dependendo da particularidade de cada sociedade civil e política, ou seja, cabe aqui a análise situacional de determinado espaço-tempo público a qual é característica das arenas públicas. A arena pública tende a ser ajustável a cada situação, fazendo assim lembrança às dramatizações teatrais. Assim sendo, “uma arena pública é um emaranhado de dispositivos teatrais, em que os atores com competências distintas apresentam performances destinadas a públicos distintos, ainda que mais ou menos concorrentes” (CEFAÏ, 2011, p. 21).

As cenas públicas as quais se configuram as arenas públicas levam a publicização de um problema. A cerca da discussão de publicização, o autor relata que “os graus de mobilização dos múltiplos atores e de ressonância junto a vários graus de públicos estão à altura do sucesso da publicização de um problema” (CEFAÏ, 2011, p.21).

Nesses processos de publicização, os indivíduos são frequentemente separados dos papéis, dos estatutos, das opiniões e das convicções que normalmente têm: as lógicas de ação ultrapassam os mercados, os campos ou os setores em que estão geralmente contidas, passam por cima de suas fronteiras, por meio de um fenômeno que as teorias do comportamento coletivo qualificavam de contágio ou propagação (CEFAÏ, 2009, p.16).

O engajamento de atores associativos na arena pública tem a pretensão de alertar a população sobre assuntos de interesse público, e assim instigar tal população a ser protagonista. Dessa maneira, articulam situações problemas “ativa[m] redes de relações interpessoais e inter-organizacionais, fazendo emergir e validar saberes locais, implicados na determinação das escolhas da ação pública” (CEFAÏ, 2011, p.15), apoiados em elementos como a memória, território e patrimônio. Essa forma de envolver a população com determinado assunto problema, eleito pelos atores associativos, é caracterizada por

Cefaï(2011) como um fenômeno denominado de contágio ou propagação do comportamento coletivo.

Portanto, arena pública está intimamente ligada à perspectiva pragmática da vida associativa, que por sua vez assumem diferentes regimes de engajamento, posturas mutáveis que aderem lógicas de comportamentos diversos conforme apontado por Cefaï, Veiga e Mota (2011). Uma vez identificado os questionamentos de atores sociais, surge a necessidade de provocar encontros para discutir e tornar público os questionamentos, possíveis soluções e até mesmo formulações de propostas de políticas públicas. Afinal “uma arena pública surge como um lugar de produção, de circulação e de troca de argumentos” (CEFAÏ, 2011, p.20).

Cenas públicas podem ser as diversas situações de provas que dão margem para o cenário de uma arena pública, logo cenas públicas é a identificação dos lugares onde podem ocorrer algumas situações de prova. Logo, falar de arena pública significa dizer que as arenas públicas transformam elementos presentes em cenas públicas.

3 CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: PRAÇA DO CARMO, SIGNIFICADOS E MEMÓRIAS

Uma cidade surge, a priori, para atender às necessidades dos seus habitantes, que desenvolvem uma economia, uma política, uma cultura e desenham os primeiros traços de urbanização. As pessoas que passam a compor esse cenário trazem consigo seus valores que refletem e fixam na estrutura física das ruas, das casas, das igrejas e agregam valores que incorporam a cultura material e imaterial do povo, e tendem a se tornar patrimônio cultural. Devido à necessidade de expansão da cidade e o desenvolvimento urbano, a origem da cidade passa a ser classificada como Centro Histórico.

Junto à construção desse processo de valores agregados ao Centro Histórico, a memória é um elemento que se fará presente de forma coletiva, individual e até mesmo de forma oficial. A Cidade Velha, classificada como patrimônio cultural por meio do tombamento, é carregada de memórias que são as formas de relatar as experiências vívidas. Essas formas podem ser caracterizadas nas diversas formas de uso da Praça do Carmo.

Para tanto, se pretende discorrer sobre a Cidade Velha como um patrimônio histórico, fazendo um recorte da Praça do Carmo buscando destacar e identificar os elementos que causam conflitos a partir dos agentes que utilizam o mesmo espaço, além de evidenciar a funcionalidade da Praça do Carmo no contexto de uma intervenção urbanística a qual configura o cenário atual, e a importância desse espaço público para a valorização da Cidade Velha. Portanto, busca-se na história identificar essas variáveis que perpassam pela patrimonialização de centros históricos e a construção de uma nova identidade para patrimônio cultural.

3.1 Cidade Velha: de Nossa Senhora de Belém a Belém

A ocupação inicial das terras, que hoje recebem o nome de Belém do Pará, tratava-se de uma fortificação militar, pois para Sarges (2000, p. 37) “o ponto de partida desta história é o estabelecimento de uma fortificação militar em seu território, no século XVII, com a finalidade de defender a entrada da Região Amazônica contra possíveis invasões estrangeiras”. Cruz (1973, p. 19) relata que para atingir o objetivo de se defender o território contra as possíveis invasões “foi construído um Forte de madeira, com o nome de PRESEPIO,

homenagem de Castelo Branco ao dia festivo – 25 de dezembro de 1615 - NATAL de Jesus, data de sua partida de São Luís para a fundação do Pará”.

A construção desta fortaleza de madeira com a cobertura de palha recebeu o nome de Forte do Presépio, atualmente Forte do Castelo, dando início à formação do primeiro aglomerado urbano, mais tarde conhecido por Feliz Lusitânia e posteriormente, Santa Maria de Belém do Grão Pará (SARGES, 2000, p. 38).

Esse primeiro aglomerado urbano foi construído com o auxílio do engenheiro-mor do Estado. Nessa circunstância, a cidade foi batizada de Cidade de Nossa Senhora de Belém (CRUZ, 1973). Nesse cenário, é possível observar os primeiros traços do patrimônio cultural que hoje compõem o Centro Histórico de Belém.

As primeiras ruas de Belém tiveram como ponto de partida o Forte do Castelo (SARGES, 2000). Paralelo ao rio Guajará, surgia a primeira Rua de Belém, denominada Rua Norte, que hoje é chamada de Siqueira Mendes. Pouco depois de 1621, foram abertas mais duas ruas: Rua Espírito Santo e Rua dos Cavaleiros (CRUZ, 1973). Antes de findar o século XVIII, Belém estava dividida em duas Freguesias, a da Sé e a de Santana, sendo a primeira a mais antiga desde a fundação, compreendida como o bairro da Cidade – hoje atual Cidade Velha, sendo este o bairro mais antigo de Belém – e a segunda compreendida como o bairro da Campina.

A necessidade de expansão do núcleo urbano começa a moldar os bairros primários da cidade de Belém. Sarges (2000) descreve minuciosamente as ruas que compõem o bairro da Cidade Velha:

Desse modo, surgiram: travessa da Atalaia, atual Joaquim Távora; travessa da Residência, atual Félix Roque; a D'Água das Flores, atual Pedro de Albuquerque e da Barroca, hoje conhecida por travessa Gurupá. Partindo da travessa da Atalaia em direção ao sul, foram abertas as ruas de Aljube, atual Cametá, e de D'Alfam, depois Santarém e hoje Rodrigues dos Santos, que chegaram até à rua Barroca configurando, desde modo, o quadro urbano atual do bairro da Cidade Velha, local onde estão localizadas as primeiras igrejas de Belém (SARGES, 2000, p. 40).

Belém se expandiu na medida em que recebia “sítios” doados por colonos portugueses de ordem religiosa. Assim, a cidade tomou formas e características de heranças e culturas, que fixaram a cultura própria belenense, que vão desde características arquitetônicas nas paredes, tetos, janelas e portas dos casarões que compõem o atual centro histórico de Belém, até os hábitos e práticas imateriais, como festividades culturais e religiosas que foram deixadas de herança e se mantêm vivas por meio de décadas.

O crescimento populacional seguiu até o bairro da Campina, que também é composto por muitas riquezas arquitetônicas. Sarges (2000) cita a Catedral da Sé (1748/1755), que hoje é vista como um dos principais pontos do circuito da grandiosa festa religiosa de Belém do Pará, denominado Círio de Nossa Senhora de Nazaré. O autor cita a construção de Santana e prédios públicos, como a cadeia e o Palácio do Governador, sendo este projetado pelo arquiteto José Antônio Landi.

A cidade de Belém começou a frear seu crescimento com o fim do ciclo da borracha. Dessa maneira, é possível afirmar que:

Por volta de 1920, configura-se o fim de um ‘ciclo’ de crescimento, em razão da redução do látex amazônico determinado pela concorrência asiática e pela produção da borracha sintética em laboratórios europeus e norte-americanos. Belém deixou de ser a ‘capital da borracha’; apesar disso, o urbano configurado ao longo dos séculos permaneceu sob novas condições e com outras características (SARGES, 2000. p. 46).

São essas características atuais e do passado que se mesclam e fazem com que seja possível compreender as mudanças sócias, políticas e econômicas da cidade de Belém, e de que forma essas variáveis estão refletindo sobre o centro histórico da cidade. Que medidas estão sendo adotadas para preservar o patrimônio deixado, de que forma o mercado tradicional vem sendo modificado em função de uma nova economia, e de que forma o Centro Histórico de Belém se consolidou patrimônio cultural.

O Centro Histórico de Belém é composto desde seu surgimento pelos dois bairros já citados, sendo eles o bairro da Cidade Velha e o bairro da Campina, denominado também de bairro do Comércio. Devido ao processo histórico e econômico de Belém, que sofreu influência do período capitalista monopolista da *Belle Époque*, desenvolveu a população ocasionando mudanças na dinâmica sócias espacial do bairro que se originou inicialmente como cidade (REIS; MALCHER; MARIGNAN, 2012). Os autores apontam que “certamente os patrimônios históricos pertencentes ao bairro da Cidade Velha, sofreram degradações, ou seja, perderam a funcionalidade original” (REIS; MALCHER; MARIGNAN, 2012).

Sobre essa perspectiva monopolista, os autores discorrem sobre alguns pontos importantes: a necessidade de tomar posse do centro comercial onde se concentra a intensidade e a dinâmica dessa ação; avanços científicos e tecnológicos que impactaram na organização sócio espacial da cidade; e a necessidade de adequar os espaços de acordo com o perfil dessas novas empresas para o comércio.

Desde o final do século XIX, Belém desviou o foco de seu antigo centro comercial, por conta de novos bairros os quais são fruto da economia da borracha, pelo fato da nova demanda comercial que a sociedade moderna exigia: ruas mais largas, espaço para comércios variados, fábricas, e principalmente entrada para porto possibilidade de criação de novos trapiches para o setor fluvial, a principal forma de transporte mercantil da época, cujo bairro da Cidade Velha não apresentava (REIS; MALCHER; MARIGNAN, 2012, não paginado).

A grande dificuldade com o centro histórico foi o fato de não haver reestruturação em seu antigo centro, principalmente por não ter sido possível manter no espaço o mercado. Isso por conta da mudança no perfil da economia, evidente na necessidade de estar próximo a portos, já que se tratava da principal forma do escoamento mercantil.

Diante dessas deficiências, surgem políticas de intervenção ainda na década de 1950, com objetivo de reverter essa situação de abandono e descaso, potencializando esse centro histórico para novos usos e para a atividade do turismo. Outra medida extremamente importante foi o tombamento do Centro Histórico, por meio da Lei Orgânica n. 7.709 de 1994. Para Faria e Almeida (2009, p.36) “entende-se que o tombamento não garante a total preservação do bem patrimonial e o exime de qualquer depredação e descaso”.

É importante que além de políticas de intervenção e do próprio tombamento e de outras legislações que versam sobre o patrimônio cultural material e imaterial, tais como: lei 7.401, de 29 de janeiro de 1988, que trata de políticas para o desenvolvimento urbano e o decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais imateriais. Em primeiro lugar o cidadão deve ter conhecimento sobre essas leis, para que assim a comunidade esteja empenhada em reverter esse quadro de degradação e descaso com o patrimônio cultural material e imaterial.

Legislação	Versa sobre:	Aplica-se a:	Objetivos:
LEI 7.709, DE 18 DE MAIO DE 1994	Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e da outras providências.	Art.1º Constituem o patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, relacionados à	Art.2º o poder público Municipal promoverá a garantirá e incentivará a preservação, conservação, proteção, tombamento, fiscalização, execução de obras ou serviços visando a valorização do Patrimônio Cultural do

		identidade, à memória, à ação dos grupos formadores da sociedade belenense, dentre os quais se incluem: as formas de expressão; Os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados Manifestações Artístico-culturais; os conjuntos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.	Município de Belém.
LEI 7.401, DE 29 DE JANEIRO	Dispõem sobre a política Municipal de desenvolvimento	Art.1º A Municipalidade Promoverá o	Art.2ºObjetivos prioritários: Ordenar e controlar a utilização,

DE 1988.	urbano de acordo com as diretrizes de reestruturação espacial da região metropolitana de Belém (RMB).	desenvolvimento urbano de Belém, forma harmônica e integrada, dentro da política que de estruturação espacial da Região Metropolitana de Belém.	ocupação e aproveitamento do solo do território do município, no sentido de efetivar a adequada distribuição das funções e atividades nela exercidas, em consonância a função de propriedade; Atender às necessidades e carências básicas da população quanto às funções de trabalho, circulação, habitação, abastecimento, saúde, educação, lazer e cultura, promovendo a melhoria da qualidade de vida; Descongestionar o centro urbano, através do incentivo ao fortalecimento e surgimento de subcentros de comércio e de serviços; Integrar a ação governamental do município com a dos órgãos e entidades federais, estaduais e metropolitanas e , ainda, com a iniciativa particular; Otimizar o aproveitamento dos recursos técnicos,
-----------------	---	---	---

			administrativos, financeiros e comunitários do município; Preservar o patrimônio ambiental e valorizar o patrimônio cultural do município, através de proteção ecológica, paisagística e cultural; Promover a participação comunitária no processo de planejamento do desenvolvimento urbano municipal.
DECRETO 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000.	Institui o regime de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio Cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e da outras providencias.	Art.1º Instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio cultural brasileiro. Trada dos seguintes livros de registro: Livro de registro dos Saberes, Livros dos registros das Celebrações, Livro de registro das formas de expressão, Livros de registro dos lugares.	Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Um dos espaços que os projetos de intervenção do governo estadual contemplaram, segundo apontam Reis, Malcher e Marignan (2012) foi o complexo Feliz Lusitânia, composto

por patrimônios como a igreja de Santo Alexandre, Museu de Arte Sacra, Casario da Rua Padre Champagnat, Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas e a Esplanada do Guamá. Porém, o fato desses projetos de intervenção não abrangerem todos os bairros do centro histórico, leva a uma discrepância muito grande, sendo muito visíveis as contradições estruturais.

Sobre essas contradições, os autores alegam que é perceptível, entre os patrimônios do bairro da Cidade Velha, a segregação das demais áreas em relação a do complexo Feliz Lusitânia. Existem locais em que a falta de investimento na infraestrutura do bairro é latente, pois ao observar as localidades do Complexo, notou-se que existe uma boa estrutura espacial e serviços como segurança, diferente das áreas periféricas do bairro, como é possível observar na Praça do Carmo.

O Feliz Lusitânia, após o processo de intervenção, foi projetado para o turismo e para a elite da sociedade belenense. Os espaços que ainda atendem a comunidade local, no qual se desenvolvem atividades como as manifestações culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio, são espaços que caracterizam exatamente o descaso e o abandono, especialmente no que tange à segurança. Essas contradições também podem ser explicadas pela falta de apoio às famílias de baixa renda, que por diversas vezes abandonam a casa e, conseqüentemente, provocam o desmoronamento do prédio.

Sendo assim, é importante pensar em estratégias igualitárias, onde o patrimônio cultural do Centro Histórico de Belém não se perca com o tempo por causa do descaso e das iniciativas elitistas que visam apenas questões econômicas, deixando a aura daqueles espaços, ou seja, a comunidade local. Programas de valorização ao patrimônio deveriam ser incentivados por parte das autoridades competentes responsáveis pelo Centro Histórico de Belém, e, assim, resgatar a história da cidade na memória de um povo que a cada geração se identifica menos com seu patrimônio cultural, para que seja possível reavivar o Centro Histórico de Belém.

3.2 Praça do Carmo e suas relações

No contexto histórico de formação da cidade de Belém, o Largo do Carmo começa a se configurar até o momento em que assume características de praça, se tornando assim a Praça do Carmo. Para Araújo e Costa (2015, p.3) “a formação da Praça do Carmo confunde-se com a fundação da cidade de Belém, e com a formação do próprio bairro da cidade velha”. Visto que com a formação do primeiro aglomerado urbano surgem as primeiras ruas, no

século XVII denominada a Rua do Norte, hoje é a atual Siqueira Mendes, aonde veio a se localizar a Praça do Carmo.

Dessa maneira, somente após a interferência do governo de Rodolfo Chermont nos anos de (1947 a 1951), a área doada pelo capitão Mor Maciel Parente aos frades dos Carmelitas Calçados, constituiu-se como praça (ARAÚJO; COSTA, 2015). Os equipamentos urbanos que estruturaram a praça, inicialmente sofreram mudanças em especial na década de 90, no governo do prefeito Hélio Mota Gueiros (1993-1996), no qual a configuração e (re)funcionalização da Praça do Carmo impactaram aspectos simbólicos, sociais e na memória do espaço (ANDRADE, 2008). Dessa maneira é possível identificar nesse processo aspectos que levam a uma discussão de patrimonialização, de autenticidade e áurea, tangenciando as relações entre os agentes lá existentes.

O Centro Histórico de Belém é um patrimônio histórico, tombado pelo Iphan e pela Fundação do Município de Belém (FUMBEL). Logo, a Praça do Carmo também está tombado nessas duas esferas, o que faz com que a Praça tenha uma importância histórica, social e cultural ainda mais acentuada (ANDRADE, 2008). A intervenção urbanística dos anos 90 possibilitou novos usos, antes não existentes, as pessoas que consomem aquele espaço lhe atribuem outros significados e usos não planejados pela intervenção proposta.

Andrade (2008) discute sobre o sentido de usos:

O poder público pode construir um espaço com uma intencionalidade de construções simbólicas, sendo que seus frequentadores podem atribuir outros sentidos e usos. Assim, uma intervenção em um espaço urbano pode confirmar ou modificar a função de uso, que pode diferir de função planejada (ANDRADE, 2008, p. 3).

Sobre o sentido de usos atribuído, divergente do uso planejado, especialmente em espaços históricos como o patrimônio, pode ser caracterizado como uma patrimonialização do patrimônio. Para a autora Paes-Luchiari (2005) “o patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar”. Apesar da intervenção urbanística na Praça do Carmo não ter sido mercadológica, algumas características configuram a patrimonialização, como o descompromisso com o passado e o fato de resignificar o lugar. O descompromisso com o passado remete à perda da autenticidade.

“Tratar do processo de patrimonialização global mediado pela dialética da construção destrutiva que resignifica os lugares da história e da memória, universalmente, cuja síntese é a requalificação e a funcionalização de centros urbanos” (COSTA, 2015, p. 35).

Essa resignificação do espaço ocasionada pela patrimonialização pode ser observada na intervenção urbanística da Praça do Carmo, visto que os usuários primários da praça: moradores e trabalhadores do entorno não se sentiram envolvidos no processo.

Andrade (2008, p. 14) ao apresentar a Praça, relata que “era um lugar utilizado como principalmente para ficar conversando, brincando, se tornou um lugar de inibição para esses moradores e trabalhadores, modificando a função do espaço”. Cabe ainda nessa análise uma discussão de arena pública, visto que, o modelo de gestão impresso nessa reconfiguração da Praça apresenta característica de delegação e não consultiva.

Observa-se que, quanto a gestão de delegação:

A ação de mudança na Praça, principalmente para a função arqueológica, foi considerada bastante relevante no relatório das atividades do Departamento de Patrimônio Histórico (DEPH), pois foi decorrente ao trabalho inédito de arqueologia urbana em Belém, realizada na Praça do Carmo. Ao analisar a realização do projeto, o uso da Praça por seus moradores e/ou trabalhadores e suas opiniões sobre a função de sítio arqueológico, verifica-se a ocorrência de imposição dessa função na Praça (ANDRADE, 2008, p. 14)

O projeto arquitetônico tinha como objetivos específicos, duas funções: valorizar e expor o sítio arqueológico e tornar o espaço uma praça de lazer. Com relação ao sítio histórico e arqueológico que objetivava expor os vestígios da Igreja do Rosário dos Homens Brancos e local onde se encontraram restos esqueléticos (ANDRADE, 2008). A segunda função permitiu que se intensificasse a presença de manifestações culturais em períodos festivos no período do Círio, tais como: o Auto do Círio e o Arrastão do Círio, os quais apresentam seus benefícios para com o espaço e executam a função de proporcionar lazer e atrair turistas para a Praça e consequentemente para dentro do Centro Histórico.

Porém, sua nova configuração possibilitou outros usos tais como: jogo de futebol no anfiteatro que gera desconforto para aqueles que estão nas proximidades, visto que a bola pode ir à direção dos mesmos, ocasionou também a presença de skatistas que acabam por deteriorar a estrutura física do espaço (ANDRADE, 2008). As manifestações culturais adequaram-se melhor a essa nova estrutura. Acompanhando os eventos, surge uma discussão em relação à geração de resíduos no espaço, excesso de carga, etc. Antes da intervenção, as pessoas tinham uma relação com a praça, essa relação se perdeu junto com a autenticidade impressa no espaço em um primeiro momento.

É importante compreender que apesar dos questionamentos feitos acerca do processo de patrimonialização no qual alguns elementos foram identificados nas formas de uso da

Praça do Carmo, é o espaço patrimonializado que as demandas atuais desejam consumir, essas novas configurações sucumbem à aura do espaço, e passam a construir sua própria história.

Sobre a análise da patrimonialização para o consumo da indústria cultural, Paes-Luchiari (2005, p.99) afirma que “enquanto as demandas de um mercado global, das ideologias do consumo e da indústria cultural banalizam as formas do patrimônio arquitetônico, este vem revelando o presente sendo construído como memória”.

A autora, ainda, destaca pontos de suma importância para essa reflexão:

O problema não é a transformação da natureza em cenário, ou das práticas em artefatos culturais em espetáculo. A pós-modernidade nos trouxe esses valores de aceitação e até de preferência pela simulação e, sobretudo pela beleza estética das formas. O problema relaciona-se às condições de exploração social em que se produzem esta espetacularização da natureza, da cultura e de suas formas (PAES-LUCHIARI, 2005, p.99).

Sobre esse questionamento, voltado para a Praça do Carmo, Andrade (2008) destaca que:

Apesar de esses usuários considerarem que a atual configuração não é harmônica com o entorno, o problema maior está no uso que a nova configuração possibilitou. Se tivesse ocorrido uma pesquisa por parte do governo para saber qual era o verdadeiro uso diário da praça, verificaríamos que a solução dada não era a mais adequada (ANDRADE, 2008, p.15).

Pois existe a distinção entre o espaço vivido, o espaço concebido e o espaço percebido, uma vez que a comunidade não foi consultada a respeito de suas percepções sobre o espaço, o governo apenas concebeu um espaço. “O espaço concebido é notadamente o da representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço” (SOUZA, 2009, p. 04).

A Praça foi revitalizada com uma intenção, mas a dinâmica social que se instalou e até mesmo a que já existia, atribuiu-lhe outros usos. Essa prática é compreendida dentro do espaço vivido que “através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, o espaço dos “habitantes” dos “usuários [...] Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (LEFEBVRE, 2006, p.5). É o espaço em que se encaixa a presença dos skatistas e das crianças que usam o anfiteatro como arena de futebol, etc.

Ao que trata sobre o espaço percebido, Souza (2009) relata que:

O espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social (SOUZA. 2009, p. 04).

É dentro do espaço percebido que ocorrem as manifestações sociais, dessa maneira é importante destacar o fato de que a recuperação de espaços históricos tem dado margem para identificar deficiências (conflitos) e pensar propostas para minimiza-las.

As estratégias de Recuperação de Centros Históricos têm nos possibilitado conhecer melhor os diferentes conflitos entre os usos atribuídos a essas áreas, e avaliar quais são as estratégias mais importantes no sentido de incorporar, ao mesmo tempo, a produtividade espacial da economia urbana, o direito à memória assentada nessas paisagens culturais, e o desenvolvimento urbano que tenha como projeto a inclusão social, ou seja, as contradições entre modernização, preservação e inclusão (PAES-LUCHIARI, 2005, p.22).

Costa (2015), ao tratar de patrimonialização global tangencia as particularidades regionais, relatando que:

O movimento de *patrimonialização global* – enquanto universalidade da lógica patrimonial, processo de ressignificação dos lugares – depende, para sua manutenção, da produção e ideologização de uma materialidade e de símbolos representativos (COSTA, 2015, p. 38).

A manutenção dessa proposta de patrimonialização deve assegurar não apenas a manutenção ideológica, mas também estrutural. A partir da análise de que “o atual diagnóstico da Praça do Carmo, de acordo com as obrigações com o poder público, está em estado de abandono tanto em relação à manutenção quanto à realização de eventos culturais” (ANDRADE, 2008, p.17). É de fundamental importância que as intervenções urbanísticas tenham caráter consultivo para com a sociedade, que os mesmos sejam inseridos no processo produtivo que objetiva a patrimonialização.

3.3 Patrimôniocultural: um lugar de memória

A partir do conceito de patrimônio e com suas definições, destacam-se os bens culturais, os quais os podem ser citados entre bens patrimoniais – manifestações da cultura e

festas tradicionais os quais comportam elementos simbólicos - bem como rituais, cantos, contos e lendas. Assim sendo, “o patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes” (RODRIGUES, 2012, p. 4). Essas são formas de expressar a memória dentro da Cidade Velha por meio das manifestações culturais e também por sua arquitetura.

O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e o seu transcurso. Em outras palavras refletir sobre o patrimônio significa igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana (GUIMARÃES, 2011, p. 99).

O patrimônio cultural representa uma cultura por meio de elementos como imagens, objetos, e símbolos que ilustram a cultura de um povo. No centro histórico de Belém, está impresso um período histórico que mesmo aqueles que não tenham vivenciado tal época, podem absorver a história e memória da origem de Belém. Lugares de recordação de memória são potenciais pelo seu valor histórico.

Sobre essa perspectiva de memória, Le Goff (2003, p. 469) relata que a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

Sobre essa relação de patrimônio e identidade, Rodrigues (2012) destaca que:

É a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras. É o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, econômica e religiosa, decide preservar como patrimônio coletivo (RODRIGUES, 2012, p. 4).

A fim de preservar essa herança cultural, a memória tanto dos bens materiais quanto dos bens imateriais considerados patrimônios culturais, são usados os recursos do tombamento e registro como uma tentativa de manter erguidas as estruturas físicas patrimoniais e também de preservar os bens intangíveis. Sobre o procedimento de se tombarem, Pereira (2012) relata a partir de um pensamento nacional que “o tombamento não seria somente um “ato declaratório”, mas também um “ato classificatório”, na medida em que seleciona, a partir de critérios variados, como “histórico”, “artístico”, “paisagístico”, “natural”, “social”, entre outros” (PEREIRA, 2012, p. 167).

Todo e qualquer registro cultural, capaz de contar em detalhes a riqueza de uma sociedade, é visto como válido para essa preservação, mesmo que seja alterado, visto que a

cultura é dinâmica. Entre os patrimônios que mais estão expostos ao desaparecimento em função da especulação imobiliária, os centros históricos são os mais atingidos.

Os centros históricos apresentam características de um lugar de memória, pois para Nora (1981) lugares de memória “são lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente [...] só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p.21).

A simbologia que está empregada nos casarões da Cidade Velha remontam o período do ciclo da borracha e todo glamour riqueza existente na herança deixada daquela época, tornou aquele espaço especial atraindo para seu interior formas de expressões populares contemporâneas que misturam aquele cenário colonial e criam novas memórias. Para Rodrigues (2012) memória é um fenômeno social:

A memória, como fenômeno social é coletivamente construída e reproduzida ao longo do tempo. Assim como patrimônio cultural (ou um patrimônio cultural), a memória social é dinâmica, mutável e seletiva; seletiva porque nem tudo o que é importante para o grupo fica <<gravado na memória>>, fica registrado para as gerações futuras (RODRIGUES, 2012, p.5).

É por esse motivo que se faz necessário ter um lugar de memória, afinal “se habitássemos ainda nossa memória não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993, p. 8). Essa memória coletiva também pode ser caracterizada pelas memórias orais dentro características não mais coletivas, mas sim, particulares, contadas a partir de suas vivências e relações com o espaço e com o meio os quais os residentes da Cidade Velha e a comunidade belenense guardam de sua memória.

A memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, que estão em vias de constituir uma memória escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, está manifestação de memória (LE GOFF, 2003, p. 470).

A memória é a identidade do homem, que diante de seus valores, busca meios para manter vivas suas tradições. A memória coletiva é uma das formas de fortalecer seu grupo, seu espaço na forma oral. As memórias orais são objetos de poder, pois podem ser esquecidas, omitidas ou manipuladas a depender do jogo de interesses.

O patrimônio cultural é apresentado como um fator fundamental para a constituição da memória, o patrimônio caracteriza-se por fazer recordar o passado. Por meio de todos os

elementos abordados como constituintes de um patrimônio cultural, é possível compreender a origem de cada sociedade, os patrimônios tornaram-se testemunho da ação humana e de sua evolução. O patrimônio cultural oportuniza um ambiente de troca de experiências (memórias), levando em consideração as formas de organização social e a relação entre vários atores da sociedade.

Buscou-se apresentar a Cidade Velha como um lugar de memória, para fazer tal reflexão foi necessário fazer um contexto histórico desde a origem do Centro Histórico, para assim poder compreender o motivo de um espaço que é patrimônio cultural e ter características de um lugar de memória, ainda assim, não ter o devido reconhecimento da sociedade belenense. O ponto positivo, é que mesmo em meio aos desafios, esse espaço passa a ser resguardado pelo tombamento, que por sua vez não é garantia total da preservação do mesmo. Porém faz com que haja o mínimo de atenção para aquele espaço, e o mesmo ainda tem potencial para atrair para seu interior manifestações culturais as quais passam a compor a memória daquele espaço, além de serem formas de reproduzir a memória.

A memória é dinamizada por grupos sociais, que elegem um lugar de memória para assim sentirem-se representados. E criam meios para assegurar a passagem do passado para o futuro. O simbolismo que está presente no Centro Histórico de Belém é uma das características que o faz ser um lugar de memória e é possível sugerir que a memória a qual se faz presente nas mais variadas formas, possa ser um meio para que a Cidade Velha seja reconhecida pelo seu valor histórico por todos que ainda a desconhecem.

A evolução da cidade, as modernidades advindas com a globalização e as novas técnicas de mercados, fragilizaram o centro histórico, fazendo com que não só a sociedade, mas também autoridades competentes os deixem à margem. Partindo desse princípio, é extremamente importante destacar estes pontos de estrangulamento nos centros históricos e instigar, na sociedade e nas autoridades competentes, iniciativas de educação patrimonial, revitalização de áreas mais críticas e o estímulo do uso do espaço para a cultura e lazer com mais frequência. Assim, haveria a mudança na imagem de insegurança, fazendo com que a sociedade se sinta parte dessa identidade patrimonial e cultural que comporta a história de sua própria cidade.

4 PRAÇA DO CARMO: CULTURA E ESPETÁCULO

A Praça do Carmo, localizada no Centro Histórico de Belém, é palco de dois significativos espetáculos da cultura do povo paraense. Ao mesmo tempo em que interagem com a comunidade do centro histórico, através do uso desse espaço público, ambos ocorrem em outubro na semana da grandiosa festa religiosa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, tais manifestações ocorrem como homenagens prestadas a Nossa Senhora de Nazaré.

O Auto do Círio, com o teatro de rua, inunda as ruas da Cidade Velha com personagens e cenários que fascinam tanto a plateia quanto o público. O Arrastão do Pavulagem se concentra na escadinha da Estação das Docas do Pará de onde segue carregado de música e cores para a Praça do Carmo. Na Praça já aguardam os brincantes um palco e uma pequena feira de artesanato de miriti de Abaetetuba. O espetáculo ocasionado por essas duas manifestações populares, leva os olhares de residentes e turistas para o bairro da Cidade Velha, mas também provoca questionamentos, acerca de sua presença neste espaço.

4.1 Auto do Círio

O Auto do Círio ganha as ruas da Cidade Velha há vinte e dois anos e ocorre na sexta-feira que antecede o sábado e domingo do Círio de Nazaré². Este evento protagoniza, todos os anos, elementos históricos e atuais da cultura popular.

Para Brígida (2008, p. 36) “é uma forma de narrativa em movimento que passa aos nossos olhos, espécie de emoção que anda, desloca-se, caminha. Revela-se, como um estilo especial de expressão da cultura popular brasileira”. Esse movimento artístico, que inunda as estreitas ruas da Cidade Velha, é a própria expressão da cultura se fortalecendo, fazendo memórias ao passado e acrescentando elementos novos, onde as crianças começam a construir sua memória de identidade cultural, e os mais antigos fazem essa ponte entre passado e presente.

O cortejo dramático do Auto do Círio surgiu em 1993 na Universidade Federal do Pará produzido e dirigido pelo Instituto de Ciências das Artes através da Escola de Teatro e Dança, com o objetivo de criar um espetáculo em que os artistas de Belém pudessem homenagear a sua padroeira, durante a sua maior festa popular e, assim, reinterpretar através do teatro de rua, o Círio de Nazaré, uma das mais importantes manifestações religiosas e culturais do país (BRÍGIDA, 2008, p.38).

²FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org.). **Círio de Nazaré: festa e paixão**. Belém: EdUFPA, 2005.

Organizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), o objetivo do Auto do Círio é homenagear a Virgem de Nazaré, transmitindo por meio das expressões corporais dos artistas o divino e o cênico, dividindo experiências e trocando informações com todos que se envolvem de forma direta ou indireta. Assim, preenchendo as ruas da Cidade Velha com anjos e diabos, os atores encenam com intensidade o Auto, tendo como três principais personagens o povo, a imagem da Santa e o simbólico. Essa manifestação tem ganhado tanta representatividade do povo paraense que, em 2006, foi destaque na escola de samba do Rio de Janeiro, A Viradouro, que teve como tema a maior festa religiosa da Amazônia (MOREIRA; BESSA, 2009).

O Auto do Círio foi idealizado pelas professoras Zélia Amador de Deus e Margaret Refkalefsky. A trajetória dessa manifestação popular é contada pelo jornal Beira do Rio (2014), da UFPA, mostrando uma trajetória de 1993 a 1995, quando o Auto do Círio esteve sob a organização do teatrólogo Amir Haddad, que foi o diretor convidado para organizar a primeira edição. Ele assumiu a direção do Auto porque atuava junto ao grupo de teatro “Tá na rua”, do Rio de Janeiro, e conhecia a dinâmica do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, pois já havia morado em Belém. A partir de oficinas, o primeiro Auto ganhou as ruas da Cidade Velha. Em suma, “o espetáculo deveria, em um percurso inverso ao mito em que a Santa sai do bairro Nazaré e vem a Cidade Velha, o cortejo partiria da Praça do Carmo [...]” (BEIRA DO RIO, 2014, p. 3). Dessa maneira, o rito de percorrer as ruas do Centro Histórico de Belém se mantém até os dias de hoje.

Nos anos seguintes, outros personagens se incumbiram dessa missão, sendo Miguel Santa Brígida o responsável por implantar matrizes carnavalescas ao espetáculo, por meio de personagens, como o puxador de samba, o casal de mestre sala e porta-bandeira e porta-estandarte por meio da bateria. Brígida esteve à frente do cortejo de 1996 a 2008. No cortejo de 2009, a grande novidade estava nos figurinos, que na coordenação de Hudson Andrade, tornaram-se “figurinos alegóricos”. Com o tema “todos os caminhos levam a ti, Senhora”, em 2010, com a coordenação de Beto Benone e Claudia Palheta, o objetivo desse cortejo era de apresentar a diversidade cultural e religiosa de Belém e do interior do Estado (BEIRA DO RIO, 2014).

O cortejo ficou sob a administração de Beto Benone de 2011 a 2013, período em que o elenco ganhou mais participação na criação do tema, e a visualidade tornou-se mais colorida e mais leve. Completando vinte anos de manifestação popular em 2014, o Auto conta com a coordenação de Claudia Palheta e direção de Adriano Furtado, e apresentou o tema “Senhora de todas as artes”, que teve o objetivo de fazer um resgate da valorização do patrimônio

histórico, estreitando os laços com os moradores da Cidade Velha (BEIRA DO RIO, 2014). Neste ano de 2016 o coordenador foi o professor Mestre Tarick Coelho.

O Auto é enriquecido a cada ano por algum novo elemento, mas sua própria estrutura de origem é rica pelas características históricas e culturais que motivou sua existência. Para Brígida (2008):

Sua estrutura cênica revive e recria os autos medievais com estações nas principais igrejas do centro histórico de Belém do Pará, o bairro da Cidade Velha. Escolhido estrategicamente pela UFPA, o bairro guarda a história da fundação da cidade em 1616 e lá estão localizadas as principais igrejas belenenses, com destaque para a igreja da Sé, de onde sai Círio de Nazaré. Neste local está sublinhado o traçado de nossa colonização portuguesa, notadamente na arquitetura (BRÍGIDA, 2008, p. 37).

Por meio dessas fontes de inspiração histórica, heranças portuguesas que compõem o cenário dessa linda encenação a céu aberto, o Auto do Círio tornou-se um fenômeno de grande repercussão, imprimindo em cada fala, em cada olhar e em cada gesto um pouco da identidade de cada paraense, que por meio de fé está em sintonia com o objetivo primário de homenagear Nossa Senhora de Nazaré. Essa ação encanta os visitantes, tornando o resultado desse planejamento em algo positivo para o turismo.

Para esse cortejo apresentar com qualidade sua produção, existe uma estrutura interna, que visa manter a ordem e uma sequência lógica dos acontecimentos. Para essa compreensão, Brígida (2008) define a estrutura do Auto em três subconjuntos das Práticas e Comportamento Humano Espetacular Organizado (PCHEO), que apresenta o exercício cênico da linguagem do teatro de rua: as artes do espetáculo, os ritos espetaculares e as formas cotidianas dos papéis sociais. As artes dos espetáculos representam a prática dos grupos de teatro em cada estação. Os ritos espetaculares correspondem à ideia de aglutinação da procissão religiosa com elementos carnavalescos. E as formas cotidianas de papéis sociais são as várias figuras atraídas para o local da manifestação, como, por exemplo, os vendedores ambulantes que se misturam ao elenco, cantando e dançando, compondo o conjunto do espetáculo, conforme observação de campo.

Com o intuito de ampliar o sentido do drama, o Auto é analisado a partir de matrizes, sendo elas: dramática, religiosa e carnavalesca. A necessidade de expressar a cultura por meio da arte, e de preservá-la, modifica essa manifestação do patrimônio imaterial cultural. Esse espetáculo é rico em sua produção. A manifestação popular que se tornou o Auto do Círio, com créditos de patrimônio imaterial do país, vem se consolidando e toma formas cada vez mais concretas.

4.2 Arraial do Pavulagem: Arrastão do Círio

Com o intuito de valorizar as músicas de raízes amazônicas e fazer com que o público belenense se identificasse com a banda Arraialdo Pavulagem, Lima e Gomberg (2012) relatam que, em 1987, os músicos tomaram a iniciativa de se apresentar de forma modesta aos domingos em um palco simples na Praça da República, em frente ao Teatro Waldemar Henrique, em Belém. A iniciativa teve repercussão positiva, visto que a cada domingo o público tornava-se maior. Assim, surgiu a necessidade de aprimorar as apresentações, sendo necessário fazer uma pesquisa minuciosa pelos interiores do Pará em busca de ferramentas como música de raiz, sons, ritmos, confecções de instrumentos próprios, que pudessem dar subsídios que tornassem o espetáculo da música de raiz cada vez mais atraente.

Em 2003, com o fortalecimento dessas Práticas, o Arraial institucionalizou-se, surgindo assim, o Instituto Arraial do Pavulagem – IAP, organização civil sem fins lucrativos que tem em seus estatutos o objetivo de desenvolver ações educativas e culturais da Amazônia, visando transmitir e fortalecer a oralidade, a identidade cultural regional e, ao mesmo tempo, promover releituras utilizando-se diversas formas de linguagem que permeiam esse universo, expressadas na dança, no canto, na literatura e na linguagem visual (LIMA; GOMBERG, 2012, p. 56).

O Instituto Arraial do Pavulagem aborda em suas ações socioculturais temas modernos e alarmantes para a sociedade, como preservação ambiental e o incentivo ao respeito à natureza, que alerta sobre as consequências de ações, como caça com técnicas insustentáveis, poluição dos rios, biopirataria da fauna e da flora amazônica entre outras questões. O Arrastão busca fazer um resgate cultural de hábitos das comunidades autóctones e desenvolve ações pedagógicas, resgatando a autoestima dos brincantes e colaboradores. Além disso, o Instituto potencializa um conjunto de valores que levam ao fortalecimento da identidade cultural local. Esses valores sociais e ambientais são impressos nos arrastões, que logo conquistaram mais dois arrastões no calendário cultural. Além dos quatro domingos juninos, em fevereiro, o arrastão recebe o nome de Cordão do Peixe-Boi, que chama a atenção para a preservação dos rios, igarapés e para a Amazônia como um todo.

O cortejo realizado no período do Círio segue até à Praça do Carmo, na Cidade Velha, concentrando um número considerável de pessoas. Os integrantes do Instituto têm uma sensibilidade com relação à manifestação Auto do Círio, e reúnem artistas e agentes culturais de Belém que desejam manter vivos nessa manifestação cultural da fé paraense. Esse é um Arrastão carregado de devoção dos fieis que sorriem e choram, devido à emoção das graças

alcançadas, o que faz desse arrastão uma manifestação cultural calorosa aquecida pelas memórias de devoção paraenses por meio de gestos, músicas, sonhos etc.

O Arraial do Pavulagem retrata essencialmente essa assertiva, configurando reunião de pessoas pertencentes a diversas classes sociais, praticantes de diferentes crenças e com variadas inclinações políticas. A interação se dá no plano da sensibilidade propiciada pela afinidade com a música, a linguagem visual, o ritmo cadenciado marcado pelos símbolos e ícones, ostentados orgulhosamente no vestuário, nos estandartes e nos bonecos (LIMA; GOMBERG, 2012, p. 58).

Especialmente no Arrastão do Círio, as pessoas estão mais sensíveis e embaladas pelo clima de solidariedade, compaixão e gratidão. É um raro momento como se não houvesse diferenças sociais. A identificação do povo com os símbolos atribuídos à festa, que está inserida dentro do contexto de manifestações culturais, pode ser destacada como espetáculo no sentido de celebração de alegria e de felicidade.

As manifestações culturais possibilitam aos brincantes o sentimento de liberdade de expressão. E mesmo aqueles que estão participando a trabalho, com grandes responsabilidades, não veem tal situação como obrigação, mas sim como uma satisfação. Consta que desde as sociedades primitivas o homem já manifestava prazer em participar de cerimônias festivas. Menescal, Gonçalves e Viana (1998) afirmam que:

Através de manifestações culturais que se moldam a cada momento da história, é possível observar a evolução dos costumes e valores sociais e o dom de criação do homem. Através do estudo dos jogos, entretenimento e diversões mais cultivadas em cada época pode-se acompanhar a evolução dos valores e costumes sociais. Se, de uma sociedade a outra, jogos variam, essa manifestação lúdica era universal e revela o impulso criador do homem (MENESCAL; GONÇALVES; VIANA, 1998, p. 18)

Essas características podem ser observadas nas ruas da Cidade Velha, diante do Auto do Círio, que relata exatamente as várias maneiras de ver e de sentir o mesmo espaço, que se transforma de maneira particular em cada pessoa, dependendo da intensidade com a qual estão envolvidas.

A cultura deve ser preservada, a fim de manter a cultura do belenense, dentro da perspectiva mercadológica, para que ela não interfira de forma negativa nessa manifestação popular. O Arrastão do Círio proporciona para a comunidade e a todos envolvidos, o lazer por meio da apreciação, da ação ou atuando direta ou indiretamente na ação executada. Por outro lado, apesar dos apelos feitos pelos próprios organizadores para que o espaço público do cortejo seja preservado, alguns brincantes costumam agir de forma inconsequente, poluindo o ambiente com lixo.

A partir dessa necessidade, percebeu-se a importância de promover um evento mais sustentável, pois o resultado posterior ao evento era contraditório a todo o trabalho que era realizado durante seu planejamento, devido à ausência de consciência e educação ambiental por parte de alguns brincantes. Assim, surgem novos atores nesse contexto, como catadores de lixo para reciclagem, devidamente identificados pelas camisetas de suas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que são membros do próprio cortejo e passaram a ter a função específica de zelar pelo espaço, catando os resíduos ainda durante o Arrastão.

Todos os pontos abordados devem ser reavaliados para tornar melhor o que já se apresenta com qualidade, e melhorar os pontos deficientes, fazendo referência ao potencial turístico que esse evento possa representar. É importante projetar um planejamento que atenda às expectativas de turismo cultural consolidado, para que essa referência à cultura se perpetue e evolua cada vez mais na qualidade dos arrastões.

5 ARENA PÚBLICA E ATORES SOCIAIS: PRAÇA DO CARMO E PATRIMÔNIO

5.1 Auto do Círio

Na busca pela compreensão de como se dá o discurso desses diversos atores, que buscam legitimar a presença dessa manifestação nesse espaço público e patrimônio cultural foram realizadas entrevistas com um coordenador do Auto do Círio e um participante colaborador. Diante da pergunta que trata sobre o que motiva a participar dessa manifestação cultural, a entrevistada relata que foi motivada por uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso onde fazia a leitura iconográfica do Círio e das manifestações em si com o carnaval.

Então ela surge a partir da minha devoção com Círio de Nossa Senhora de Nazaré e a minha inquietação de ter assistido ao Círio da arquibancada na Presidente Vargas, e eu vi o Círio como a espetaculosidade da rua, esse espetáculo que hoje agente trabalha na manifestação. Que agente chama de etnocenologia no teatro é a cena desenvolvida na rua (Marcia Pontes, entrevista concedida no Auto do Círio de 2015).

Assim, é caracterizada a lógica da realização pessoal que “encontra os modos de realização própria, sob a forma da felicidade pessoal [...] da autenticidade expressiva” (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, p. 23, 2011).

A entrevistada, ainda, fez o seguinte relato: “Eu cheguei ao Auto e me encontrei, porque ele conseguiu unir a minha devoção por Nossa Senhora de Nazaré, a minha devoção pelo samba, pela quadrilha, minha devoção respeito pelas religiões de matrizes africanas, tudo isso encontrei no Auto” (MARCIA PONTES, entrevista concedida no Auto do Círio de 2015). Portanto, a partir da lógica de realização pessoal, foi possível identificar na fala da entrevistada diversos exemplos daquilo que a aproxima da manifestação e a torna feliz, levando conforme explana os autores Cefaï; Veiga e Mota (2011) a sua realização pessoal.

A mesma, durante sete anos, representava na estação da música uma das “Marias”, que inicialmente eram sete personagens atuando como “Maria” e no sétimo ano restaram apenas uma “Maria” a qual foi dramatizada por Marcia Pontes. Apresenta um importante momento do cortejo dramático que é a exortação para Nossa Senhora de Nazaré, que segundo a artista é uma espécie de oração do artista, pedindo autorização à santa para prosseguir com o cortejo. Esse foi o último ano da artista em cena, que passou a compor a equipe de elenco e que em 2015 totalizou ao todo 14 anos junto ao Auto do Círio.

A importância de esse evento ser realizado nesse espaço da Praça do Carmo tem muitos motivos, para a participante do Auto do Círio alega que pelo fato de estar envolvida com o patrimônio cultural, sendo ela técnica de cultura do Estado e também coordenadora de educação dos espaços museológicos do Feliz Lusitânia, afirma que a presença do Auto nesse espaço é uma forma de valorizar o patrimônio. “Desde o início do Auto em 93 quando a Zélia Amador e Margaret Refkalefsky se uniram pra fazer na época do Círio, que envolvesse o artista e valorizasse esse espaço” (MARCIA PONTES, entrevista em 2016). Essa praça, que é parte do Centro histórico de Belém e espaço físico, é carregada de significados e faz com que a presença do Auto nesse espaço construa memórias, que segundo ao que tange Centros Históricos, “são lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente [...] só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p.21).

A presença do Auto na Praça do Carmo, na concepção do professor coordenador Tarik Coelho, é que “torna a Praça um ambiente favorável para as pessoas irem visitar. Tornando a Praça do Carmo um ambiente não desconhecido, e sim fazendo com que o cidadão belenense se aproximar desse local” (TARIK COELHO, professor, entrevista concedida no Auto do Círio de 2015).

Na concepção do coordenador, a praça em si é totalmente aberta para a manifestação, os bares e lojas que funcionam próximo, elas dão apoio logístico, para que os ensaios aconteçam bem como o Fórum Landi que é um espaço da UFPA (TARIK COELHO, professor, entrevista concedida no Auto do Círio de 2015). Os ensaios passam a acontecer na Praça do Carmo a partir de 2014. Quanto aos desafios que são enfrentados para a execução dessa manifestação cultural, com relação à comunidade, esse é um ponto de grande relevância, que oportuniza mais tempo de convivência junto à comunidade. “Já foi ensaiado nesse ginásio de esporte o Altino Pimenta que fica próximo à prefeitura e já foi ensaiado por muito tempo na Aldeia Cabana, mas a partir de 2014, agente resolveu trazer pra Cidade Velha, Praça do Carmo” (MARCIA PONTES, entrevista em 2016).

A mesma fala sobre a aproximação positiva com a comunidade bem como os desafios de se adaptarem a diversos fatores é percebida nos diversos atores.

Podemos dizer que fomos acolhidos pela comunidade, tem pessoas do Beco do Carmo que saem no Auto, as crianças em 2014 que foi o primeiro ano, tivemos uma relação muito especial com as crianças, que se aproximaram, mesmo porque de certa maneira nos acabamos tomando um pouco o espaço delas. O anfiteatro elas utilizam pro lazer, à noite jogam bola e tem o skate também (MARCIA PONTES, entrevista concedida em 2016).

A disputa pelo uso do espaço faz com que as crianças se aliem aos ensaios para continuar usufruindo do espaço que passa a configurar uma arena. “Uma arena pública não é um espaço tempo uniforme e homogêneo. Ela se apoia em numa multiplicidade de cenas e seus bastidores, todas sob a alçada de análises de situação” (CEFAÏ; VEIGA, MOTA, p 29, 2011). Essa multiplicidade de cenas que se dão nos bastidores é exatamente as relações, os diálogos, as negociações formais e informais que se dão para o uso daquele espaço.

Marcia Pontes (2016) relata que entende que vieram a agregar, ao mesmo tempo em que também foi desafiador.

Na Aldeia agente tinha um espaço nosso, que era maior, enquanto um estava ensaiando uma coreografia, em outro canto outros estavam passando um texto, ou seja, agente tinha um pouca mais de privacidade. E na Praça do Carmo agente tá ensaiando aqui, o garoto tá correndo ali, tá com a bola, e ai agente começou a dividir – administrar- isso (MARCIA PONTES, entrevista concedida em 2016).

A partir da experiência do primeiro ano, o segundo ano de ensaio foi mais tranquilo, foi possível essa integração maior deles entenderem que naquele momento o Auto estava ensaiando.(MARCIA PONTES, entrevista concedida em 2016).

Com os ensaios na Praça do Carmo, agente começou a por cenas nas janelas, agente adentra a casa deles (moradores), e adentrar na intimidade, é o cafezinho e o bolinho. Começam a enfeitar as casas, as pessoas colocam tolhas brancas na frente das casas. Então a comunidade ela já espera aqueles dias de ensaio do Auto. (MARCIA PONTES, entrevista concedida em 2016).

Conforme Figura 1, que ilustra as janelas que servem de palco para atos do cortejo, foi uma das ações que possibilitou o envolvimento e aproximação do cortejo com a comunidade.

Figura 1 – Fachada de casas como palco



Fonte: Helly Andrade (2015).

Sobre os desafios enfrentados para a execução dessa manifestação cultural, com relação às autoridades competentes.

O Auto já tem o espaço de firmado durante o calendário, então do ano passado não teve grandes dificuldades com relação às autoridades, lógico que agente tem que solicitar com antecedência porque é burocrático. Agente teve o apoio da prefeitura, do Estado, apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal, da Guarda de trânsito, da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB), do Iphan, do Instituto de Geografia e do Fórum Landi (TARIK COELHO, professor, entrevista concedida em 2016).

A presença de todas essas autoridades competentes caracteriza-se pela lógica do serviço público que tem o objetivo de regular determinada situação, em prol do interesse geral (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011). Regular situação que envolva a segurança pública, liberar as vias públicas desviando o tráfego de automóveis, em prol do percurso da manifestação, a exigência de banheiros químicos de acordo com a demanda de pessoas atraídas pela manifestação, todas essas são medidas que caracterizam a lógica do serviço público que visa o bem coletivo.

Conforme observação em campo foi possível identificar tais elementos, conforme Imagem 2. No centro do anfiteatro havia uma grande concentração de policiamento, antes do início do cortejo, que depois se distribuíram em pontos estratégicos.

Figura 2– Segurança pública



Fonte: Helly Andrade (2015).

Na Figura 3, faço a observação de que não havia lixeiras suficientes para a demanda atraída. E essa questão do lixo é uma das problemáticas mais discutidas na arena pública que se instala nos diálogos quanto à realização das manifestações nesse espaço. Pois a “emergência de um problema público não é simplesmente cognitiva.

Figura3–Lixeiras insuficientes



Fonte: Helly Andrade (2015)

Acerca da importância dessa manifestação para o patrimônio cultural, o qual se encaixa o programa de extensão, destaca-se também o perfil de associação, que não objetivem fins lucrativos. No entanto, a dinâmica no comportamento do associativismo leva a uma reflexão na qual muitos dessas associações são vinculados a um perfil de cultura empreendedor e arranjos produtivos locais (FERREIRA JÚNIOR, 2015). Dentro dessa perspectiva de um programa de extensão que não visa lucro financeiro, mas sim a valorização da cultura que se dá de diversas formas dentro do Auto, na fala de seu coordenador, “o Auto já se tornou patrimônio cultural imaterial, e hoje em dia se torna essa referência com relação a essa manifestação cultural que ocorre antes do Círio” (TARIK COELHO, professor, entrevista concedida em 2016).

Para Goffman (2010), a partir de uma ocasião social, é possível que situações sociais e seus ajuntamentos surjam em função desse evento maior que é o Círio. É a partir dessa reflexão de ocasião social que o Auto do Círio caracteriza-sedentro como situação social, que desencadeia uma série de ajuntamentos. O ajuntamento pode ser definido como “qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão na presença imediata uns dos outros num dado momento” (GOFFMAN, 2010, p. 28).

A presença dessa manifestação valoriza o patrimônio de uma forma a convidar a comunidade a usufruir desse espaço ocasionando assim os ajuntamentos. Conforme observação em campo foi percebida a presença de alguns ajuntamentos na Praça do Carmo como a presença de uma roda de capoeira, conforme ilustra Figura 4, os artesões de miriti, as pessoas nos bares e os próprios vendedores ambulantes.

Figura 4 –Ajuntamento social



Fonte: Helly Andrade

Sobre as influências que o tombamento teve sobre a realização dessa manifestação na Praça do Carmo, tanto a colaboradora e participante do Auto, quanto o coordenador, alegam que a questão de ser um espaço tombado, é um elemento que vem a agregar junto aos valores do Auto que visam a valorização do espaço. “O Auto, vem com essa concepção de chamar o patrimônio, primeiro de chamar a atenção pra ‘cá’ – Praça do Carmo -” (MARCIA PONTES, entrevista concedida em 2016).

No contexto desta pesquisa, o Auto é compreendido como uma forma de vida associativa e ao tratar sobre quais são as formas de captação de apoio e patrocínio para a realização dessa manifestação cultural, o coordenador relata que “como o Auto é organizado e regido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), boa parte dos recursos vem da UFPA, a que ela tem destinado para esse tipo de ação, um ano ou outro algum patrocinador se interessa pelo Auto” (TARIK COELHO, professor, entrevista concedida em 2016).

Aproximando a definição de vida associativa sobre as atividades do Auto, Cefaï (2009, p. 19) definiu a vida associativa de forma que “elas são indissociavelmente vetores de concentração de capitais materiais e humanos, incubadoras de redes de ativistas, cachoeira de empreendimentos de militância, geradora de energia simbólica, instância de representação coletiva”. Portanto o Auto do Círio caracteriza bem, a concentração de capital humano, que pode ser representado pelo elenco, que não apenas atua, mas também colaboração com a confecção de alguns figurinos e cenários e acabam por gerar o que o autor trata de energia simbólica, sendo está o resultado da concentração de seus esforços.

A simbologia se agrega também à pergunta sobre que valores patrimoniais são agregados a essa manifestações cultural. É um misto de patrimônio, cultura e fé. Durante os ensaios é repassado para ao elenco a importância da realização desse evento naquele espaço que é um patrimônio, os temas e outros elementos impressos no cortejo são intencionalmente pensados para repassar uma mensagem. Pois, os objetivos desejados pelas formas de vida associativa podem ser não apenas material, mas também podem ter dimensões simbólicas, míticas, rituais e dramáticas (FERREIRA JÚNIOR, 2015).

Em 2015, agente trabalhou com a questão da “luz”, “Nossa Senhora da Luz” foi nosso tema e aí agente procurou resgatar toda essa simbologia que a luz traz a luz que ilumina, a luz que traz o filho, a luz que conduz a luz que é uma ideia, e todos esses elementos foram percorrendo durante todo o cortejo do Auto (TARIK COELHO, professor, entrevista concedida em 2016).

As fotos a seguir representam a trajetória da personagem que enfatizava a luz nas mais diversas simbologias e significados.

Figura 5– Nossa Senhora da Luz



Fonte: Helly Andrade (2015).

Figura 6 – Arte e fé



Fonte: Helly Andrade (2015).

5.2 Arraial do Pavulagem

Para a análise de patrimônio e arena pública dentro do contexto da Praça do Carmo, fez-se necessário ouvir a percepção de quem está dentro do processo. Para tanto se entrevistou uma participante e um coordenador, os quais expuseram suas percepções e ideais impressos nessa manifestação. Ambos os discursos convergiam para uma análise simbólica e social ocasionada por essa situação nesse espaço, que comporta outras formas associativas.

Sobre o fator motivador que leva as pessoas a participar dessa manifestação, e que valores patrimoniais são agregados a essa manifestação o coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, Ronaldo Silva, relata que, de maneira institucional, a ideia do cortejo em outubro era de trabalhar com a tradição das danças, ritmos e com as formas de trabalhos tradicionais da cultura amazônica. Essa relação do Instituto Arraial do Pavulagem com o patrimônio, é ao mesmo tempo uma inovação, e uma convocação do passado, que tem o objetivo de (re)memorar acontecimentos importantes, segundo Rodrigues (2012), como é o caso do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Ainda, segundo Ronaldo Silva, a simbologia visual impressa no cortejo do Círio tem um formato pedagógico que visa fortalecer o patrimônio material e imaterial, de resgate e de valorização dos elementos da cultura belenense.

Há trinta anos aprendendo, e esse brinquedo - representação gigante de um brinquedo de miriti – que é o do arrastão Círio, era no início três cobras, depois ficou duas cobras e depois ficou apenas uma. Agora nós substituímos por uma canoa, mergulhando cada vez mais fundo nessa paisagem cultural da Amazônia. Porque esses saberes da cultura popular são fundamentais pra uma formação mais integral (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

A partir da colocação do entrevistado, é possível identificar o zelo pelo que é tradicional na concepção do Arrastão do Círio, que buscam ser representados nos elementos impressos no cortejo. No entanto o mesmo alega que, “agente não pode cometer o pecado de não reconhecer que as coisas que vem de fora, seja dos Estados Unidos (EUA), seja da Europa, têm seu valor, mas agente tem que saber ter um crivo” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

Já ao que tange o fator motivado da brincante, ela alega que:

O Arrastão do Círio tem um significado muito importante atualmente dentro das manifestações que o Instituto Arraial do Pavulagem desenvolve, essa manifestação ela vem fazer uma reflexão sobre a questão do Círio, da imagem peregrina, dessa mobilização que ela provoca nas ruas. E o fator de me levar a querer participar a cada ano são dois momentos: esse lado profano, esse movimento que agente sai nas ruas brincando, levando aqueles brinquedos fazendo alusão ao lúdico. E é também um momento que influencia a questão da criança e o envolvimento com esses brinquedos de miriti que aparece no Círio como um símbolo (LÍLIAN SOUZA, brincante do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

O momento de construção do cortejo é tão importante quanto o próprio dia dessa manifestação. As pessoas que se envolvem participam da confecção dos brinquedos gigantes que fazem referencia aos brinquedos de miriti. Para a integrante que já acompanha efetivamente o cortejo há dez anos e toca um instrumento chamado “maraca” e atua na confecção do “corró-corró” (brinquedo lúdico, símbolo que faz alusão ao Círio). Essas situações levam a construção de uma memória. Vale lembrar que “a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. [...] Permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição” (LE GOFF, 2003, p. 470).

Sobre a importância de essa manifestação ocorrer na Praça do Carmo, destaca-se a memória como um dos fatores que fazem com que seja importante esse evento ser realizado nesse espaço da Praça do Carmo. A participante relata que Instituto Arraial do Pavulagem tem um conceito dessa questão dos patrimônios, de está ali centrado na Cidade Velha. Fazer esse cortejo indo para a Praça do Carmo foi uma alternativa de envolver os turistas e a comunidade local, unindo cultura e fé, preencher um vazio que ficava após o fim da romaria fluvial, conforme Figura 7 que ilustra a chegada da Santa na Estação das Docas³. Segundo Lilian (brincante do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016) “sempre com a visão de preservar aquele espaço e de conscientizar no sentido de transmitir informações, de encenar mesmo! Durante o cortejo até aquele local. Aquele local ali tem todo um histórico de Belém”.

³ Estação das Docas - Abrange uma área de 32 m², onde funcionaram três galpões do Porto de Belém datados do início do século XX, adaptados e transformados em espaço de lazer e turismo, no estilo *waterfront*. Subdivide-se nos seguintes ambientes: a) *Boulevard das Artes*; (b) *Boulevard da Gastronomia*; c) *Boulevard de Feiras e Exposições*; d) *Terminal Turístico Hidroviário*; d) *anfiteatro*, Cordeiros E Trindade Júnior (2013).

Figura 7 – Recepção do Círio Fluvial



Fonte: Helly Andrade (2015).

Quando agente chega ali na cidade velha, apesar de agente perceber que muitas pessoas ainda não compreendem o papel dessa manifestação naquele local, agente tenta trabalhar de não jogar lixo, de preservar o espaço público, de preservar os casarões antigos, apesar do impacto, do barulho e da agitação(LÍLIAN SOUZA, brincante do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

A manifestação se instala no espaço da Praça do Carmo, conforme Figura 8 que ilustra o palco que aguarda a manifestação na Praça. A partir de seus usos causa conflitos, a brincante alega que a questão do lixo é um fato de embates entre a manifestação e a comunidade do entorno. No entanto muitas das situações como o consumo de álcool e as poluições diversas não configuram o planejamento do cortejo, essas ações se dão devido à falta de consciência do público externo ao grupo do cortejo. A brincante afirma que eles buscam dialogar com a comunidade, e considera o cortejo um momento de ‘vida’ e que “agente gostaria muito que esse momento de “vida” fosse de forma consciente, naquele momento se acontece algo que foge um pouco do que foi pensado já não está tanto em nossa mão” (SANTOS, entrevista concedida em 2016).

Figura 8 – Concentração na Praça do Carmo



Fonte: Helly Andrade (2015).

O coordenador do cortejo, Ronaldo Silva, trata a Praça do Carmo como um patrimônio rico para a história da cidade, e relata que o esforço do Arrastão do Círio era de compreender a importância desse patrimônio que associados a outras referências, como ao Círio de Nazaré, ganhou proporções gigantescas. Essa grande manifestação que é o Círio passa por locais da cidade como a Estação das Docas e o Theatro da Paz, que são patrimônios materiais, “e tudo isso fica aceso para os olhos do mundo inteiro, e porque não, acender esse espaço que é a Praça do Carmo” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

A importância histórica e cultural de levar essa manifestação para um local tombado tem seus desafios, outro ponto importante apontado pelo coordenador do cortejo é que a presença de artesões de Miriti, os cais caracterizam um ajuntamento conforme aponta Goffman (2010). Esse espaço também é um fator motivador para o arrastão acontecer ali.

Figura 9–Sítio arqueológico



Fonte: Helly Andrade (2015).

A feira de Miriti se instala entre o sítio arqueológico da Igreja do Rosário dos Homens Brancos, que conforme apontado por Andrade (2008) encontra-se abandonado e em processo de depredação constante, conforme observação em loco confirma estado de degradação o qual aparenta depósito de lixo.

Figura 10–Brinquedos de Miriti



Fonte: Helly Andrade (2015)

Acerca dos desafios enfrentados para a execução dessa manifestação com relação à comunidade e autoridades competentes, Ronaldo Silva reforça que a brincante já relatou que é o grande número de pessoas que essa manifestação mobiliza, e logo os cuidados que devem ser tomados para atender a todos os envolvidos. O outro ponto é uma consequência do primeiro, visto que, para atender a essa enorme demanda, é de extrema importância buscar apoio e reforço de algumas autoridades competentes.

Esse relacionamento institucional resulta em uma série de processos burocráticos: “Encaminhamento de pelo menos dois meses antes do cortejo para todas as instituições. Corpo de bombeiros, defesa civil, catadores de resíduos sólidos, limpeza pública, enfim, é uma mobilização muito grande” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

A partir das colocações que Cefai; Veiga e Mota (2011) fazem a cerca das associações, que por sua vez estão dentro das arenas públicas, esse relacionamento institucional ao qual o entrevistado se refere é a necessidade de buscar “relações de cooperação com aliados ocasionais e participantes potenciais, com a mídia, as empresas privadas e as agências públicas” (CEFAI; VEIGA, MOTA p 28, 2011).

Ao explicar sobre a pergunta que trata sobre a importância dessa manifestação para o patrimônio cultural, o coordenador do Arrastão do Círio, compreende que a importância dessa manifestação para o patrimônio está associada à atitude desse coletivo que constrói o cortejo. “Isso é uma atitude que sai da sociedade civil com pessoas de todas as classes. Com o objetivo de buscar um espaço de cidadania para que a cultura aconteça” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016). Para o entrevistado, é preciso repensar urgentemente a cultura que se quer para as gerações futuras, pois “as crianças de hoje sabem mais sobre a Disney, culturas de fora do que daqui” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

É possível interpretar o cortejo do arrastão do Círio, que é carregado de símbolos da cultura paraense, como uma resistência ao perfil de patrimonialização global que vem resignificando os lugares, as histórias e as memórias, a partir da (re)funcionalização dos Centros Urbanos (COSTA, 2015).

Dessa maneira, o coordenador do Auto do Círio afirma que “o patrimônio é tudo aquilo que é feito com carinho e que consegue ir para o futuro” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016). É, portanto “a

herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras” (RODRIGUES, 2012, p. 4).

Já a brincante Lilian Souza (2015),apresenta a importância dessa manifestação nesse espaço a partir, de um fator muito especial que é a forma de uso e como se dá o diálogo com os demais agentes. O diálogo tem importância relevante dentro dessa discussão de vida associativa na Praça do Carmo, visando o uso consciente desse patrimônio cultural.

Sempre antes dos arrastões agente convida uma pessoa, seja ela da associação, ou morador apenas, pessoas da prefeitura, do corpo de bombeiros e etc. Onde vários atores são envolvidos nesse momento pra justamente saber como poderia ser trabalhado e qual seria a melhor forma de trabalhar os impactos naquele local (LÍLIAN SOUZA, brincante do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

A convocação entre esses diversos atores caracteriza as arenas interorganizacionais, constituídas por outras associações, por empresas e instituições e que estão ligadas entre si por uma situação problemática (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011). As situações problemas mais comuns discutidas entre comunidade, autoridades competentes e as manifestações culturais é a questão ambiental e decibéis do limite do som para aquele espaço. Embora muito se discuta sobre essas situações problemas, as partes envolvidas já adotaram medidas para minimizar esses impactos, no entanto a falta de consciência ambiental do público externo ao planejamento age de forma inconsequente. A Figura 11 ilustra os equipamentos como banheiros químicos instalados na praça como uma forma de minimizar esses impactos, porem foi observado que não havia lixeiras extras além das são fixas na Praça do Carmo, instaladas pela prefeitura.

Figura 11–Infraestrutura no espaço



Fonte: Helly Andrade (2015).

Além dessa discussão da vida associativa e suas relações, a importância dessa manifestação para o patrimônio cultural está ligada também a questões simbólicas, de memórias e de propagação da cultura do Centro Histórico de Belém, envolvendo os belenenses e turistas. Paes-Luchiari (2005) destaca que com as estratégias de recuperação de centros históricos surgem possibilidades de identificar conflitos consequentes dos seus diversos usos, e buscam um equilíbrio entre “o direito à memória assentada nessas paisagens culturais, e o desenvolvimento Urbano que tenha como projeto a inclusão social, ou seja, as contradições entre modernização, preservação e inclusão” (PAES-LUCHIARI, 2005, p. 22).

Nos cortejos do Arrastão do Círio, memórias são armazenadas de forma coletiva e particular, a depender de cada experiência. A inclusão social é uma característica presente entre os objetivos do Instituto Arraial do Pavulagem, identificados nas oficinas de musicalização, de educação ambiental e na interação entre as diversas faixas etárias. É possível afirmar que em muitas situações, o arraial executa a função social.

Acredito que a importância que esse cortejo tem pro cenário cultural é justamente esse, de fazer com que tenha aqueles momentos de troca, você vai encontrar idosos e crianças. Idosos que às vezes são sozinhos na casa deles, desprezados, tem depressão – conhece muita gente que passou por isso – então aquele momento é como se fosse um refúgio. Às vezes as pessoas vão ali sozinhas, com suas roupas, se enfeitam sozinhas, participam daquele momento e depois se retiram (LÍLIAN SOUZA, brincante do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016).

Sobre essa perspectiva sociocultural, é importante destacar as relações que são tecidas, em prol de um momento de troca entre as pessoas, e até mesmo entre gerações. “Ouvir falar que a cultura de massa ela “descola” o exercício da caminhada, ela separa a criança do velho” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016). Então diminui ainda mais a possibilidade do repasse, a lógica das ações do cortejo e justamente fazer essa ponte entre as gerações.

A pergunta que faz referência a quais as influências que o tombamento teve sobre a realização dessa manifestação, o coordenado relata que decidiram pela Praça do Carmo, por ser um espaço com arborização, pela própria condição física do espaço. A revitalização urbanística na década de 90, no governo do prefeito Hélio Mota Gueiros, buscou valorizar e expor o sítio arqueológico da igreja dos homens Brancos e criou um anfiteatro para tornar o espaço uma praça de lazer, tornando-se assim um lugar propícia a eventos como shows e espetáculos (ANDRADE, 2008).

Ao levar o arrastão para a Praça do Carmo, o instituto tinha a intenção de envolver a comunidade a partir de que “aquele morador que quisesse vender uma comidinha organizadamente, agente não quer vendedor ambulante vendendo cerveja, mas o espaço é público” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016). O tombamento não causou nenhum problema, na verdade veio para enriquecer ainda mais a memória daquele espaço.

Sobre a captação de recursos para a realização desse evento, tem-se a preocupação de não associar o nome do Instituto, com marcas de bebidas. “A gente não descrimina quem bebe, mas acho inadequado” (RONALDO SILVA, coordenador do Instituto Arraial do Pavulagem, entrevista concedida em 2016), especialmente por terem um trabalho muito forte ligado às crianças. Dessa maneira as principais rendas investidas nesse cortejo vêm das leis de incentivo conquistadas através de editais.

As relações sociais são indispensáveis, dentro dessa perspectiva do uso do espaço da Praça do Carmo. É possível identificar diversas situações as quais os agentes devem se aliar e dividir tarefas com outros agentes em prol de um determinado discurso, para obter êxito na execução de seus objetivos maior que nesse caso é a realização da manifestação. Essas alianças causam efeitos, pois “ao fazerem essas escolhas organizacionais, determinam imediatamente os tipos de experiências e reivindicações, de alianças e conflitos, de tipo de ações e margem de manobra que terão” (CEFAI, 2009, p. 19).

5.3 Percepções da comunidade

Para compreender as relações e as formas de uso e apropriação da Praça do Carmo, buscou-se ouvir a presidente da associação de moradores da Cidade Velha - CIVVIVA. Como porta voz da comunidade, a senhora Dulce Rosa de Bacelar Rocque, militante quanto aos assuntos que tangem o patrimônio, mestre em Direito Público e economia política, residentada Praça do Carmo desde 2004.

Acerca das motivações que leva um cidadão a se engajar em uma associação os autores, Cefaï; Veiga e Mota (2011) relatam que:

Os motivos recorrentes são seus sentidos de responsabilidade e da solidariedade, sua recusa à injustiça social, sua preocupação com o bem público, sua indignação contra negligência política, seu desejo de participar dos assuntos públicos, sua ligação à vida do bairro (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 24).

A representante da associação, enquanto cidadã apresenta um olhar crítico sobre diversos aspectos.

Quando eu cheguei, aqui eu comecei a achar muita coisa estranha, a começar pela baixada do Carmo. Eu achava indigno que as pessoas tivessem que morar naquela situação, sem banheiro, sem água encanada, sem absolutamente nada!”(Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016)”.

As diversas situações problemas apontadas, necessitavam de um canal de comunicação com autoridades competentes que podem vir a contribuir e dialogar junto à comunidade sobre tais questionamentos. Deste modo, para Ferreira Júnior e Figueiredo (2015), as associações podem servir também como instrumento de intermediação com o Estado e com o mercado. Os autores afirmam que isso ocorre dentro de um processo natural dessas associações, pois percebem que para terem voz e conseguirem recursos financeiros e simbólicos junto ao poder público parceiros, precisa estar organizados institucionalmente.

A presidente da associação relata o exato momento em que sentiram a necessidade de se organizar enquanto sociedade civil para ter voz na sociedade: “Em 2006, decidimos fundar essa associação, porque teve um incêndio na baixada do Carmo, fui à FUMBEL pedir providências, e fui questionada, a cerca de ‘quem era eu’, acabaram com a minha cidadania!” (Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016).

Motivados por uma situação problema, nasce à associação CIVVIVA, com a reunião de 60 assinaturas, sendo registrada e assumindo personalidade jurídica. Dentro da perspectiva

da arena pública, as associações articulam situações problemas “ativam redes de relações interpessoais e inter-organizacionais, fazendo emergir e validar saberes locais, implicados na determinação das escolhas da ação pública” (CEFAI, 2011, p.15).

A partir da CIVVIVA foi possível estabelecer relações com diversos agentes, a fim de discutir problemas e soluções para os diversos questionamentos os quais norteiam a Cidade Velha e também a Praça do Carmo, como as suas formas de uso e apropriação desse espaço, por diversos agentes.

É possível afirmar que características da lógica de soberania popular e da lógica de representação democrática se aproximam do perfil da associação. Visto que a lógica de soberania popular visa o “processo de debate entre indivíduos livres e iguais, com vistas a atingir o consenso e consentimento à ordem pública. Associação é o lugar de realização de uma forma de democracia local, ou se não de democracia direta” (CEFAI; VEIGA; MOTA 2011, p. 23). Ainda, segundo os autores, a lógica de representação democrática preza a maioria de voto, o respeito à lei e deve prestar conta à opinião pública.

A questão da segurança pública é um dos questionamentos apontados pela representante da associação, acerca de usufruir desse espaço com segurança.

Outro ponto destacado é a configuração que a Praça apresenta hoje, que permite que o anfiteatro seja usado como quadra de futebol (Figura 12). Conforme Andrade (2008) destaca acerca da intervenção urbanística, essa configuração também ocasionou a presença de skatistas que acabam por deteriorar a estrutura física do espaço.

Acerca da relevância social e cultural que a Praça representa a mesma relata que “a praça é um lugar de respiro, pra realmente passear, nasceu pra isso, hoje não é mais nada. É um lugar aonde o pessoal vem se drogar, onde acontece de tudo e se tiver manifestação é pior” (Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016). A presença dessas manifestações culturais como o Auto do Círio e o Arrastão do Círio na Praça do Carmo apontam impactos positivos e negativos, esses impactos levam a necessidade de um diálogo entre os diversos atores que se apropriam desse espaço público. Junto ao Arrastão, a CIVVIVA resolveu em um dos anos se aliarem a eles em prol de envolver a comunidade da praça e proximidades dessa manifestação.

Figura 12–Anfiteatro como quadra esportiva



Fonte: Helly Andrade (2015).

Fizeram essa experiência de fechar a Praça do Carmo, e a comunidade iria vender comidas e bebidas típicas, pediram todas as autorizações e licenças. Na ocasião, outra manifestação chegou e junto a eles uma quantidade considerável de ambulantes vendendo cerveja, e tudo o que haviam feito para vender, parou de ser vendido, segundo Dulce Rocque. Após algumas reuniões onde questionamentos eram feitos acerca da presença do Arrastão, hoje parece haver uma relação amistosa com a comunidade.

Com o Arraial, todo ano eles vêm, fazemos um acordo que a música não pode ser muito alta, e eles continuam insistindo que não tenha ambulante que venda cerveja, mas não adianta. Trazem a cooperativa de lixo. Mas eu questionei que as pessoas ficavam – após a banda do Arraial ir embora – então eles passaram a pagar a cooperativa pra ficar até 21 horas (Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016).

Com o Auto do Círio, segundo a entrevistada, já houve alguns incômodos quanto ao som, após passarem a ensaiar na Praça do Carmo. Após questionamentos, passaram a usar a praça das 19 h às 21 h, e tomavam o cuidado de escoar a praça para que não ficassem causando incômodos, e mesmo pela segurança. Durante os ensaios há a presença da segurança pública, o que torna a praça um local seguro. “Durante os ensaios na Praça, eles não deixam sujar a Praça, recolhem o seu lixo em saquinhos, mas no dia do evento eles contam apenas

com a Secretária Municipal de Saneamento (SESAN)” (Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016).

É possível perceber a relação de cooperação e competição pelo espaço entre os diversos atores. Para Ferreira Júnior(2015)as associações são vistas como arenas simbólicas que entre esses conflitos buscam soluções de problemas que estão na intercessão que tangencia a todos, portanto nas formas de vida associativa “[...] ocorrerem certo número de interações, de ações de atividades, que podem ser de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de soluções e de problemas, dentre outras, apresentando-se como um palco de atuação de cada ator social” (p. 1667). Outra situação problema é o escoamento das pessoas quando acabam essas manifestações. “Porque o Arraial e Auto vão embora, mas as 10 mil pessoas ficam aqui bebendo e não tem hora pra ir” (Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016).

Segundo Paes-Luchiari (2005), esses impasses estão relacionados. “O problema relaciona-se às condições de exploração social em que se produzem esta espetacularização da natureza, da cultura e de suas formas” (PAES-LUCHIARI, 2005, p.99).

A cerca das recordações da residente que passou parte da infância na Cidade Velha, eram as ruas que terminavam a beira do rio, cita o Beco do Cardoso, destacou o fato de que esse espaço tornou-se monopolizado por uma família, onde constam portões que privatizam o acesso a esse espaço que é público e agora por lei tombada. “Então memória que tenho é que a rua era rua, e não propriedade privada” (Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016).

A partir das colocações da mesma, questiona sobre a eficiência do tombamento, que deveria ser uma forma de defesa.

Quem tomba, seria obrigado a regulamentar lei estabelecendo determinados parâmetros para o uso da Cidade Velha. Usam a Cidade Velha, como usam o Jurunas e a Condor que são bairros não tombados. Pra pensar em programação, tens que pensar leis que falem do patrimônio e ver os termos de uso (Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016).

Zelar por esse espaço, que é patrimônio, é dever de todos os agentes, a praça é um “espaço coletivo, lembro que quando criança as praças eram vitais para as crianças, depois das 16 h iam pra praça brincar de peteca, pipa, de roda, de papagaio de bicicleta, isso era normal” (Dulce Rocque, presidente da CIVVIVA, entrevista concedida em 2016).

Segundo Andrade (2008) “o atual diagnóstico da Praça do Carmo de acordo com as obrigações com o poder público e está em estado de abandono tanto em relação à manutenção

quanto à realização de eventos culturais” (ANDRADE, 2008, p.17). Apesar dos conflitos existentes a cerca da presença das manifestações, não se pode negar que durante as suas atividades, toda a logística de segurança, e sua própria presença no local, leva uma dinâmica que convida as pessoas a estarem nesse local, diminuindo a ociosidade que presente no local.

5.4 Iphan: posicionamento e ações

A discussão nesse capítulo se dará inicialmente pela indagação acerca do processo de tombamento do Centro histórico e consequentemente da Praça do Carmo. A superintendente do Iphan relata que o “tombamento é dos bairros Cidade Velha e Campina, não necessariamente da Praça do Carmo, ela faz parte do conjunto” (MARIA DOROTÉIA LIMA, Superintendente do Iphan/PA, entrevista concedida em 2016).

A técnica em arquitetura e urbanismo do Iphan relata que “o tombamento do Centro Histórico de Belém, pela União, é resultado de um processo de estudos e pesquisas desenvolvido durante quase 20 anos, sendo finalizado em 2012” (TATIANA CAREPA ROFFÉ BORGES, Técnica em Arquitetura e Urbanismo, entrevista concedida em 2016). Entre esses estudos consta o Inventário de Ofícios Tradicionais do Centro Histórico de Belém, que tiveram entre outros objetivos “produzir conhecimento pertinente que venha subsidiar o planejamento e a gestão de sítios urbanos, assim como os estudos de tombamento, definições ou revisão de critérios e normas de preservação” (IPHAN, 2010, p. 03).

Desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na década de 1930, as considerações acerca da dissociabilidade das dimensões material e imaterial do Patrimônio Cultural já figuravam como motes das discussões em torno das práticas desenvolvidas pela instituição (IPHAN, 2010, p.01).

Dessa maneira o Iphan, representado pela figura da superintendente do Pará, objetivou a amplitude da noção de patrimônio cultural nesses estudos, que tangem os bens tombados na área do Centro Histórico de Belém, (CHB/ IPHAN). Dessa maneira conta no Inventário que foram levados em consideração não apenas como o patrimônio material “vem desenvolvendo uma revisão dos bens tombados na área compreendida como CHB a partir da inserção de 10 novas perspectivas e critérios que envolvam não só aspectos estéticos e históricos, mas também simbólicos e afetivos, integralmente” (IPHAN, 2010, p. 10). Os bens simbólicos,

também representados pelo patrimônio imaterial, tais como as manifestações culturais do Auto do Círio e Arrastão do Círio.

A técnica em arquitetura e urbanismo afirma que a iniciativa do tombamento do Centro Histórico de Belém foi motivada pela própria superintendência (TATIANA CAREPA ROFFÉ BORGES, Técnica em Arquitetura e Urbanismo, entrevista concedida em 2016).

Sobre esse assunto, a superintendente do Iphan relata que:

Já existiam vários estudos dentro do próprio Iphan, onde havia indicações de tombamento em várias áreas, onde já existiam outros já tombados. Depois surgiu uma demanda do CREA bem antiga, e houve uma retomada, uma cobrança de como estava esse processo com o tombamento em 2011, homologação 2012. (MARIA DOROTÉIA LIMA, Superintendente do Iphan/PA, entrevista concedida em 2016).

Entre tais estudos está o Inventário dos Ofícios Tradicionais do Centro Histórico de Belém, que visou o “levantamento bibliográfico, histórico e etnográfico com vistas ao conhecimento, reconhecimento e valorização dos diferentes saberes e modos de fazer tradicionalmente desenvolvidos na porção definida como CHB” (IPHAN, 2010, p. 04).

Visa entender como estas mesmas práticas se relacionam com o espaço social, simbólico e fisicamente construído, buscando apreender como o referido espaço se conforma a partir das diferentes interações e significados atribuídos e reproduzidos pelos sujeitos. Por outro lado, pretendeu também verificar como este mesmo espaço influencia nas diversas conformações e feições que as práticas e atividades reproduzidas assumem (IPHAN, 2010, p. 04).

Buscava-se investigar como se dava a arena pública naquele espaço social, a fim de compreender as ações dos atores lá instalados. As diferentes interações, ligados a aspectos social, simbólico e físico, resultaram em dois questionamentos: o espaço pode ser mutável a partir das formas de relações, e a segunda que, este espaço exerce influências sobre as práticas lá existentes. “Uma arena pública não é um espaço tempo uniforme e homogêneo. Ela se apoia em numa multiplicidade de cenas e seus bastidores, todas sob a alçada de análises de situação” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p 29).

Ao que tange as dificuldades que foram encontradas nesse processo de tombamento, Tatiana Carepa Roffé Borges (Técnica em Arquitetura e Urbanismo, entrevista concedida em 2016) relata que possivelmente uma das dificuldades relevantes nesse processo foi a pouca quantidade de técnicos da Superintendência, que viessem a sanar a demanda de estudos necessários para o andamento dessa ação. Na fala da superintendente, essas dificuldades são mais uma vez ressaltadas “as dificuldades são inerentes às questões do órgão: pessoal, recurso. As dificuldades maiores são do ponto de vista operacional, é uma área muito grande

pra reunir informações e desenvolver estudos” (MARIA DOROTÉIA LIMA, Superintendente do Iphan/PA, entrevista concedida em 2016).

Sempre que agente fechava isso e via que era uma área grande, tentava fazer cortes, tentava estudos pra vê se dava pra reduzir. Mas ao final chegamos a um entendimento, de nós aqui no Pará com a área Central e ficou uma área quase coincidente com a do Centro Histórico, uma área muito extensa, mas coerente com a questão da continuidade do terreno, do tecido, da homogeneidade do sistema construtivo dos modos de construção e de ocupação do solo (MARIA DOROTÉIA LIMA, Superintendente do Iphan/PA, entrevista concedida em 2016).

Sobre a pergunta que trata sobre o processo de comunicação como a comunidade em relação ao processo de tombamento, Tatiana Carepa Roffé Borges (Técnica em Arquitetura e Urbanismo, entrevista concedida em 2016) relata que a “informação sobre a instrução do processo de tombamento foi Publicado no Diário Oficial da União e o parecer favorável foi amplamente divulgado na mídia”. A superintendente relata que a comunicação com a comunidade se dá conforme são demandados “nós somos instituição, estamos aqui e interagimos na medida em que somos demandados e procurados. Temos um processo de licenciamento, têm que se seguirem alguns procedimentos para realizar eventos” (MARIA DOROTÉIA LIMA, Superintendente do Iphan/PA, entrevista concedida em 2016).

Buscou-se investigar como o Iphan se relaciona com os diversos agentes que se fazem presentes na Praça do Carmo, em especial no Auto e Arrastão do Círio. A superintendente considera positiva, no entanto conflituoso visto que, “é a apropriação do espaço pelas pessoas, no entanto há um conflito com o morador com o tipo de uso que é outra questão onde agente procura intermediar e chegar num meio termo como: restringir de certa forma o numero de pessoas, em fim” (MARIA DOROTÉIA LIMA, Superintendente do Iphan/PA, entrevista concedida em 2016).

O relato da superintendente apresenta um exemplo real de como se dá as relações em arenas públicas “nas quais ocorre certo número de interações, de ações de atividades, que podem ser de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de soluções e de problemas, dentre outras, apresentando-se como um palco de atuação de cada ator social” (FERREIRA JÚNIOR, 2015, p. 1667).

A técnica em Arquitetura e Urbanismo ressalta detalhes de como se dá o processo de liberação do espaço para as ações das manifestações culturais.

Para efetuar a liberação do espaço pelo IPHAN, o organizador do evento deverá apresentar uma série de documentos que indiquem, por exemplo, se haverá carro de som, palco, arquibancadas ou outra estrutura de grande porte, níveis de decibéis a serem utilizada, quantidade de banheiros químicos, estimativa de público, data e horário do evento, licenças de outros órgãos, instalação de defensas na frente dos principais bens, segurança particular, limpeza do local etc. (TATIANA CAREPA ROFFÉ BORGES, Técnica em Arquitetura e Urbanismo, entrevista concedida em 2016).

Os pedidos de autorização devem ser solicitados com um mês de antecedência, essas medidas visam à proteção ao patrimônio, bem como a melhor forma de executar essas ações. Para as manifestações acessarem a essas normalidades, antes de tudo precisam estar organizadas institucionalmente. Ferreira Júnior (2015) define como associações organizacionais “que estão mediadas por essa relação de formalidade, pois os papéis estão formalmente definidos, o que permite utilizar o estatuto e demais normas e regras formais para manter os atores no *ethos* organizacional” (p. 1670).

Como o Iphan percebe a presença dessas manifestações culturais do Auto do Círio e Arrastão do Círio, a antropóloga Larissa Guimarães relata que “da parte do patrimônio Imaterial agente observa essas duas manifestações enquanto bem cultural associado ao Círio de Nazaré”. O Círio de Nazaré foi o objeto do registro “o bem maior registrado” (LARISSA GUIMARÃES, Técnica em Antropologia Larissa Maria de Almeida Guimarães, entrevista concedida em 2016).

Após a publicação do Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, o qual instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, o Ministério da Cultura determinou ao IPHAN que os procedimentos de instrução desses processos fossem aplicados, de forma experimental, nas categorias distintas de bens definidas pelo decreto, visando a avaliação e o aprimoramento da sistemática processual indicada pelo instrumento legal. O Círio de Nazaré foi a manifestação escolhida, na categoria celebração, para aplicação dos procedimentos de Registro (IPHAN, 2010, p. 01).

Para dar prosseguimento ao registro, o Iphan fez algumas considerações, visto que, “embora a solicitação de registro seja para os elementos considerados essenciais no Círio de Nazaré, este envolve uma grande festividade que perdura durante todo o mês, abrangendo várias outras manifestações culturais” (IPHAN, 2010, p. 01). Ou seja, a ocasião social sendo o Círio de Nazaré e os bens associados como sendo as situações sociais, conforme discute Goffman (2010).

A antropóloga ressalta que tanto o Auto do Círio quanto o Arrastão do Círio foram considerados desde a época das pesquisas, bens associados. O Inventário de Ofícios Tradicionais do Círio/ IPHAN considerou como bens associados: o Arraial Contemporâneo, o

Almoço do Círio, a Festa das Filhas da Chiquita, Concurso de Redação, Festival da Canção Mariana, a Feira de Brinquedos de Miriti e por fim o Auto do Círio e o Arrastão do Boi Pavulagem conhecido também como Arrastão do Círio, logo, conclui a técnica em Antropologia do IPHAN, que “dentro da política eles foram incluídos e também fazem parte de qualquer tipo de planejamento que possa ser feito com relação à salvaguarda do Círio de Nazaré” (LARISSA GUIMARÃES, Técnica em Antropologia Larissa Maria de Almeida Guimarães, entrevista concedida em 2016).

Ao que tange o patrimônio material, a Tatiana Borges ressalta que:

A realização de eventos culturais” na área tombada contribui para a valorização para a valorização do espaço, seja recuperando antigas tradições ou criando novas, entendo, considerando novas tecnologias e costumes, é necessário que haja toda uma preocupação em relação aos espaços públicos e ao casario tombado (TATIANA CAREPA ROFFÉ BORGES, Técnica em Arquitetura e Urbanismo, entrevista concedida em 2016).

As exigências do Iphan quanto ao uso do espaço público e as formas de apropriação é uma forma de prevenção para com o espaço, pois “o poder público pode construir um espaço com uma intencionalidade de construções simbólicas, sendo que seus frequentadores podem atribuir outros sentidos e usos” (ANDRADE, 2008, p. 3). E de acordo com a vivência de cada um que está ou que se aproxima da Praça do Carmo pode ter percepções diferenciadas, considerado assim um espaço de representações, “o espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o ego, a cama, o quarto a moradia ou a casa – a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas” (LEFEBVRE, 2006, p. 09).

Quanto às demandas que há para a Praça do Carmo, após o processo de tombamento, aentrevistada declara que por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Cidades Históricas, a SEURB/ PMB contratou a elaboração de Projeto de Intervenção Conservativa da Praça do Carmo, que teve por objetivo integrar novos usos (TATIANA CAREPA ROFFÉ BORGES, Técnica em Arquitetura e Urbanismo, entrevista concedida em 2016).

Larissa Guimarães contribui dizendo que se busca administrar da melhor maneira possível todas as formas de uso que se manifestam naquele espaço:

No nosso dia a dia temos que lidar com as relações que acontece no espaço público, que ao mesmo tempo em que é público, é tombado, que ao mesmo tempo em que é tombado tem diversas coisas que acontecem e que são registradas. Em fim, eu acho que é sempre interessante atrelar o tombamento, ao registro, se não tiver registro, atrelar o tombamento as pessoas. O tombamento precisa ser mais humano (LARISSA GUIMARÃES, Técnica em Antropologia Larissa Maria de Almeida Guimarães, entrevista concedida em 2016).

O projeto de intervenção é uma proposta para o futuro e, no contexto atual, procura dialogar com os diversos agentes que já compõem as demandas presentes, a partir da contribuição da entrevistada mencionada acima, que ressaltou que intermediar entre essas relações é um aprendizado constante e que o tombamento deve ser mais humano. Portanto o Iphan se apresenta como um órgão que busca compreender os atores que compõem o espaço, onde situações diversas ocorrem. É um espaço carregado de história e significado onde são levados em considerações tanto os patrimônios materiais quanto imateriais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender os sentidos e usos atribuídos pelos atores sociais sobre o espaço da Praça do Carmo, a partir das atividades das manifestações culturais do Auto do Círio e Arrastão do Círio. De modo a compreender como se configuram as arenas públicas, suas principais características e como as manifestações culturais Auto e Arrastão do Círio, bem como a comunidade do entorno da Praça se encaixam dentro de uma perspectiva de vida associativa. E a partir dessa investigação compreendermos discursos desses atores a importância de suas atuações para o patrimônio cultural do Centro histórico de Belém/ Praça do Carmo. Destacando os desafios e possibilidades para que possa ocorrer o desenvolvimento dessas atividades em áreas como o Centro Histórico, sem causar impactos ao patrimônio arquitetônico, mas valorizando a cultura a partir do patrimônio imaterial representado nessas manifestações.

Para se chegar a esse processo de análise de campo antes foi necessário fazer um levantamento histórico e conceitual das temáticas abordadas como: Arena pública, Centro Histórico/Praça do Carmo, Patrimônio Cultural, histórico das manifestações culturais Auto e Arrastão do Círio, para então compreender as relações e significado que ambas tem com a comunidade do entorno, nessa disputa pelo uso do espaço público, equal a sua relevância para o patrimônio do Bairro da Cidade Velha/ Praça do Carmo.

A arena pública foi identificada através de características existentes nas relações que se dão entre os atores que disputam o uso desse espaço da Praça do Carmo. “Uma arena pública não é um espaço tempo uniforme e homogêneo. Ela se apoia em uma multiplicidade de cenas e seus bastidores, todas sob a alçada de análises de situação. Uma perspectiva macrossociológica e pragmatista” (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 29).

Para Ferreira Júnio Figueiredo (2015) as associações são vistas como arenas simbólicas “nas quais ocorre certo número de interações, de ações de atividades, que podem ser de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de soluções e de problemas, dentre outras, apresentando-se como um palco de atuação de cada ator social” (FERREIRA JÚNIOR, 2015, p. 1667). Esses aspectos estão presentes na Cidade Velha desde a arquitetura dos casarões, até a produção cultural dessas manifestações e a sua relação com a comunidade e demais autoridades competentes, das quais precisam de apoio para sua realização.

Com os resultados adquiridos acerca dos objetivos propostos, foi possível perceber que as formas de uso atribuídas pelos atores à Praça do Carmo, faz com que se configure a

arena pública que norteiam as manifestações culturais e a comunidade na qualidade formas associativas.

A prática da lógica de coesão social nas oficinas que antecedem ao cortejo do Arrastão do Círio, que entre outros elementos trabalham a conscientização ambiental, a questão de direito ao uso e dever de zelar pelo espaço passa a ser exercitado pelos membros do Auto durante seus ensaios na Praça do Carmo.

Acerca da lógica da vida doméstica, é muito próxima das perspectivas da vida associativa de bairro que se organizam e se instituem como associações, que compartilham a mesma história e o mesmo território. É importante destacar que na fala dos autores, ao tratarem esta lógica de aproximação e familiaridade, incentivando a generosidade entre “vizinhos e amigos” objetivando o prazer da troca e da convivência, pode-se dizer que essa relação não se dá apenas entre moradores dos bairros, mas também entre os moradores e os membros das manifestações culturais. No momento em que compartilham do espaço da Praça, quando os moradores cedem suas casas para camarins ou suas varandas para cenas do espetáculo, quando suas estadias no local dinamizam o espaço possibilitando aos comerciantes maior rentabilidade.

Essa lógica de realização pessoal pode ser incorporada por todas as formas de vida associativa que se instala na Praça do Carmo, nessa lógica se fazem presente filosofias de amor ao próximo e de cuidado com o ambiente no qual se fazem presente. O objetivo final dessa lógica é o de alcançar o estado de felicidade.

O Iphan tem papel fundamental de delimitar regras que resguarde o Centro Histórico, bem como de intermediar nas relações de conflito entre sociedade e patrimônio, assegurar a promoção dessas ações no bairro de forma consciente, sem excessos e sem danos ao meio. Mas muito ainda pode ser melhorado, especialmente no que diz respeito à educação ambiental por parte dos brincantes, essa comunidade externa que se aproxima da manifestação nos dias dos eventos, mas que não acompanha seu planejamento, seus princípios e valores.

Dessa maneira os objetivos deste trabalho se propunham a analisar o sentido de uso dado ao espaço, e como se dão as arenas públicas em função das manifestações culturais ocorridas na Praça do Carmo e extensões do centro histórico. Para tanto se apresentou como objetivos específicos à intenção de; compreender de que maneira os atores se relacionam com as manifestações e todo o conjunto de valores simbólico, cultural e patrimonial da Praça do Carmo; identificar de que forma as relações e formas de uso da Praça do Carmo podem potencializar e resguardar o conjunto de valores atrelados ao patrimônio cultural, evidenciando a valorização do patrimônio como espaço cultural. Além de identificar como se

estabelece uma arena pública entre os planejadores das manifestações, comunidade local e autoridade competente Iphan.

A partir desses objetivos obtêm-se as seguintes respostas: o centro histórico de Belém e seu patrimônio são evidenciados e valorizados como espaço cultural, durante a execução desses eventos. Posteriormente o espaço fica à margem, oportunizando insegurança aos que transitam ali em dias comuns. Os impactos positivos ocasionados por essa arena pública são as discussões acerca de como essas manifestações culturais podem otimizar o espaço, promover aglomeramentos, interação social e a valorização da Praça do Carmo, sem ocasionar danos ao patrimônio.

A partir dos dados coletados em campo também foi possível obter como resposta que: foi percebido positivamente o envolvimento da comunidade local com o Auto do Círio que envolve a comunidade com a manifestação desde a sua presença na praça em seus ensaios até o dia do evento, visto que algumas casas sedem suas varandas para cenas do Auto. A preocupação da manifestação Arrastão do Círio, com a coleta seletiva, que ao fazer parceria com cooperativas de lixo, é resultado das discussões da situação problema “lixo” provenientes da manifestação, que acabaram minimizar os impactos ambientais no espaço. Entre os pontos que ainda precisam ser melhorados, encontra-se a conscientização ambiental dos brincantes, o sentimento de pertencimento quanto ao patrimônio cultural que é a Praça do Carmo.

As arenas públicas se estabelecem a partir de situações problemas em torno das formas de uso da Praça do Carmo, para tanto se estabelece a publicização da situação problema que na Praça do Carmo estão ligados ao uso do patrimônio. Acerca da discussão de publicização, relata-se que “os graus de mobilização dos múltiplos atores e de ressonância junto a vários graus de públicos estão à altura do sucesso da publicização de um problema” (CEFAI, 2011, p.21). A mobilização que envolve os diversos atores; manifestações, comunidade, Iphan e os demais órgãos competentes são importantes para se discutir proposta de melhor forma para o uso do espaço público, em especial o da Praça por ser um espaço tombado.

O tombamento não interferiu de forma radical quanto à permanência das manifestações, as mesmas tiveram que se adequar a algumas exigências, o tombamento foi fundamental para resguardar a história da cidade, visto que sem um controle, poderia haver diversos abusos quanto ao uso desse espaço. Mesmo com essas medidas preventivas oriundas das autoridades competentes e das publicizações resultantes das arenas públicas.

Foi possível identificar, em análise de campo, que a praça não se encontra em bom estado, o sítio arqueológico não tem valor ou significado para aqueles que por ali transitam ou

moram, tornou-se uma lixeira pública, a mesma não conta nem mesmo com uma placa de identificação. Não há segurança pública, só se fazem presente mediante a presença dessas manifestações. Portanto, devido à estrutura que as manifestações levam consigo para a praça, esse espaço torna-se convidativo a visitação, a usufruir desse espaço, especialmente quanto à presença do Auto que passa de 15 a 45 dia ensaiando noite no local.

Pode-se concluir a partir da análise feita,atravésda análise em campo e as falas dos diversos atores, que seria interessante que essas manifestações culturais em parceria com os demais atores da arena pública desenvolvessem um calendário de atividades no qual objetivassem levar ações de cunho social cultural e educativo para a Praça do Carmo além do mês de outubro, como uma forma de convidar o público externo que se aproximam dessas manifestações apenas no dia do evento, para se integrar ao espaço a fim de provocar através do conhecimento o sentimento de pertencimento. Além de instigar a presença de segurança e zelo público no espaço.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcela. Políticas Públicas de espaços urbanos: Funcionalização e reconfiguração da Praça do Carmo em Belém-PA. **Papers do NAEA**, 2008. Disponível em: <www.naea.ufpa.br/pdf_tcc.php?id=61>. Acesso em 14 nov. 2015.

ARAUJO, Gabriela da Costa; COSTA, Antônio Mauricio Dias da. **A Praça do Carmo em Belém – Pa**: das primeiras temporalidades de uma etnografia à nova problemática da pesquisa. Disponível em <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020363_29_06_2015_21-06-48_2398.PDF>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BEIRA DO RIO, Belém, Edição Especial, set. 2014.

BRÍGIDA, Miguel Santa. O auto do círio: festa, fé e espetacularidade. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 35-48, 2008.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, abr./maio/jun. 2009.

CEFAÏ, Daniel. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da Associação La Bellevilleuse, em Paris. In: CEFAÏ, Daniel et al. (Org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011. p. 67-102. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Como_uma_associacao_nasce_para_publico_2011-libre.pdf>. Acesso em: 16 maio de 2015.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. Introdução – Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, Daniel et al. (Org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011. p. 9-63. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Berocan_Mota_Introducao_Arenas_publicas_2011-libre.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

COSTA, Everaldo Batista da. **Cidades da Patrimonialização Global**. Simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2015.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**: edição comemorativa do sesquicentenário da adesão do Pará à independência política do Brasil. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. (Coleção Amazônia. Série José Veríssimo, 1).

FARIA, Ambire Soares Dantas; ALMEIDA, João Marcelo Gobitsch de. **Estudo da Ocorrência de Patologias em Edificações no Centro Histórico de Belém**. 2009. 162 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade da Amazônia, Belém, 2009. Disponível em: <http://www.unama.br/novoportal/ensino/graduacao/cursos/engenhariacivil/attachments/articloe/127/patologias_centro_historico_belem.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo. Arenas públicas e vida associativa: perspectivas de abordagem. In: Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos, 2015, Belém. **Anais...** Belém: GETTAM - NAEA - UFPA, 2015. p. 1665-1676.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Campos de produção da cultura e suas arenas públicas: discussões a partir de um estudo na Amazônia brasileira. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 11., 2015, Salvador. Disponível: <<http://pt.slideshare.net/AmarildoFerreira/campos-de-producao-da-cultura-e-suas-arenas-pblicas-discusses-a-partir-de-um-estudo-na-amaznia-brasileira>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Sociologia)

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.

IPHAN. **Inventário Nacional de referências Culturais** – Círio de Nazaré de Belém. Dossiê. Belém: Superintendência do Iphan no Pará, 2010.

IPHAN. **Inventário Nacional de referências Culturais** – Ofícios Tradicionais do Centro Histórico de Belém. Relatório Final. Belém: Superintendência do Iphan no Pará, 2010.

LE GOFF, Jaques, Memória. **Histórias e Memória**. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). 2006.

LIMA, Dula Maria Bento de; GOMBERG, Estélio. Cultura Patrimônio imaterial e sedução no Arraial do Pavulagem, Belém (PA), Brasil. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 53-67, nov. 2012.

MACIVER, R. M.; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan (org.). Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Nacional, 1973.

MENESCAL, Luiz Claudio de A. Campos; GONÇALVES, Maria Helena Barreto; VIANA, Maria da Conceição do O. **Lazer e Recreação**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998.

MOREIRA, Leandro; BESSA, Esperança. Espiritualidade instrutiva. **Revista Latitude**, Belém, v. 3, n. 7, out. 2009, p. 18.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, PUC-SP, 1993. p. 7-28. Disponível em: <www.pusp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistória10.pdf>. Acesso em: 18 de fev. 2013.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza. Centros Históricos - Mercantilização e Territorialidades do Patrimônio Cultural Urbano. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 8175-8190.

PEREIRA, Julia Wagner. O Tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Marcia, NOGUEIRA. Antônio Gilberto Ramos (Org.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil/** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, p. 159 – 170.

REIS, Cristiano; MALCHER, Thiago; MARIGNAN, William. Um olhar sobre a paisagem histórica do bairro da Cidade Velha, Belém-Pa: transformações no espaço ao longo do tempo e as dicotomias socioespaciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 3., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.3hpg1gh.net/gt_2/GT%202-%20388%20-%20REIS_MALCHER_MARIGNAN.pdf/. Acesso em: 5 set. 2015.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio Cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. **UBImuseum** – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, n. 01, 2012, p. 01-08. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>. Acesso em: 02 de fev. 2013.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912).** Belém: Paka-Tatu, 2000.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins**, n. 5, 2009. Disponível em <https://confins.revues.org/5633?lang=pt>. Acesso em: 18 de nov. 2015.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista – Associação CIVVIVA

- 1) Sexo () Feminino () Masculino
- 2) Idade _____
- 3) Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior
- 4) Tempo que reside ou atua no bairro da Cidade Velha_____
- 5) Caso participe da Associação CiVViva:
 - 1) Qual o Cargo ocupado?_____
- 6) Caso apenas trabalhe na Praça do Carmo, quanto tempo atua nesse espaço?

- 7) Com que frequência você vem a Praça do Carmo?
- 8) Com quem você costuma vir acompanhado a Praça do Carmo?
- 9) Que recordações, memórias você tem da Praça antes de ser Tombada?
- 10) Qual a sua vivencia com a Praça após o tombamento?
- 11) O que o Tombamento possibilitou a essa patrimônio?
- 12) Que relevância social e cultural a Praça representa para você?
- 13) Você frequenta a Praça do Carmo durante as manifestações culturais Auto do Círio e Arrastão do Círio?
- 14) Como você percebe a presença dessas manifestações Culturais na Praça do Carmo?
- 15) Em que outras ocasiões você costuma vir a Praça?
- 16) Na sua opinião, qual a importância desse espaço, para comunidade?
- 17) Que memórias você tem da Praça antes do Tombamento? O que mudou?

Roteiro de entrevista – Iphan

- 1) Como se deu o processo de tombamento do Centro Histórico e consequentemente da Praça do Carmo?
- 2) A iniciativa de tombamento se deu por que parte interessada, sociedade civil, poder Público etc?
- 3) Que dificuldades foram encontradas nesse processo de tombamento?
- 4) A comunidade foi consultada sobre esse processo de tombamento?
- 5) Como o IPHAN se relaciona com os diversos agentes que se fazem presente na Praça do Carmo (comunidades e coordenadores das manifestações Auto do Círio e Arrastão)?
- 6) Como o IPHAN percebe a presença dessas manifestações culturais, Auto do Círio e Arrastão do Círio?
- 7) Que demandas há hoje para a Praça do Carmo, após o processo de tombamento?

Roteiro de entrevista – Coordenadores e participantes das Manifestações Culturais do Auto do Círio e Arrastão do Círio

- 1) Qual o fator motivador, que leva você a participar dessa manifestação Cultural e a quanto tempo participa?
- 2) Que atividade executa dentro da manifestação?
- 3) Qual a importância desse evento ser realizado nesse espaço da Praça do Carmo?
- 4) Que desafios são enfrentados para a execução dessa manifestação cultural, com relação à comunidade?
- 5) Que desafios são enfrentados para a execução dessa manifestação cultural, com relação às autoridades competentes?
- 6) Qual a importância dessa manifestação para o patrimônio cultural?
- 7) Que influências o tombamento teve sobre a realização dessa manifestação na Praça do Carmo?
- 8) Quais são as formas de captação de apoio e patrocínio para a realização dessa manifestação cultural?
- 9) Que valores patrimoniais, são agregados a essas manifestações culturais?